

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Brasília
Fevereiro de 2018

Presidente da Republica
Michel Temer

Ministro do Meio Ambiente
José Sarney Filho

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ricardo José Soavinski

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
Paulo Henrique Marostegan e Carneiro – Diretor

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação
Ricardo Brochado Alves da Silva – Coordenador Geral

Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo
Ana Rafaela D'Amico – Coordenadora

Parque Nacional do Iguaçu
Ivan Carlos Baptiston – Chefe

CRÉDITOS AUTORAIS:

Equipe de Planejamento/ICMBio

- Ana Rafaela D'Amico - Analista Ambiental, Coordenadora da Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo (COMAN)
- Cibele Munhoz Amato - Analista Ambiental, Equipe ampliada COMAN
- Cíntia Mazon Parola - Técnica Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu
- Ivan Carlos Baptiston, Chefe do Parque Nacional do Iguaçu
- Luiz Felipe Pimenta Moraes, Analista Ambiental, Coordenador substituto, COMAN
- Mariele Mucciatto Xavier, Analista Ambiental do Parque Nacional Guaricana

Contribuições

- Conrado Locks Ghisi – Serviço Florestal Brasileiro

Equipe do Parque Nacional do Iguaçu/ICMBio:

- Apolonio Nelson Rodrigues - Técnico Administrativo
- Carlos Bernardes - Técnico Ambiental
- Cibele Munhoz Amato – Analista Ambiental
- Cíntia Mazon Parola - Técnica Ambiental
- Cristine Kaori Suemasu - Analista Ambiental
- Edilson Esteves - Analista Ambiental
- Marina Xavier da Silva, Bióloga – Projeto Carnívoros do Iguaçu
- Manoelle Reis Paiva - Analista Ambiental
- Nelson de Oliveira - Técnico Administrativo
- Rafael Machado - Técnico Administrativo
- Rosane Nauderer -Analista Ambiental
- Samir Oliveira dos Santos - Técnico Administrativo

Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo:

- Amanda Galvão - Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)/ICMBio
- Ana Rafaela D'Amico – Analista Ambiental, COMAN/ ICMBio - Moderadora
- Apolonio Nelson Rodrigues - Técnico Administrativo, Parna Iguaçu/ICMBio
- Bruno Erno Steckling – Representante do IFPR/ Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (CONPARNI)
- Carlos Bernardes - Técnico Ambiental, Parna Iguaçu/ICMBio
- Cibele Munhoz Amato – Analista Ambiental, Parna Iguaçu/ICMBio - Moderadora
- Cíntia Mazon Parola - Técnica Ambiental, Parna Iguaçu/ICMBio
- Claudiane Moretti – Representante da Cooperativa LAR/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Edilson Esteves – Analista Ambiental, Parna Iguaçu/ICMBio
- Fernando Henrique de Sousa - Representante da Concessionária Cataratas do Iguaçu S.A./ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Gisele Gollin - Representante da Concessionária Helisul Táxi Aéreo
- Ivan Carlos Baptiston – Analista Ambiental, Chefe do Parna Iguaçu/ ICMBio
- Júlio Cesar Garcia - Representante da UNIOESTE / CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Leandro Vandrê Heineck- Representante da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Luciano M. Welter – Representante Comunitário de São Miguel do Iguaçu/PR, Medianeira/PR, Serranópolis do Iguaçu/PR, Santa Terezinha de Itaipu/PR e de Foz do Iguaçu/PR/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Luiz Felipe Pimenta de Moraes – Analista Ambiental, COMAN/ ICMBio – Moderador
- Marcela Stuker Kropf- Representante da UNILA/ CONPARNI

- Marcelo Skaf -Representante da Concessionária Macuco Safári
- Mariele Mucchiato Xavier – Analista Ambiental, Parna Iguazu/ICMBio
- Marina Xavier da Silva – Bióloga, Projeto Carnívoros do Iguazu, Parna Iguazu/ICMBio
- Manoelle Reis Paiva - Analista Ambiental, Parna Iguazu/ICMBio
- Nilson Figueiredo Alves Junior – Representante do Batalhão de Policia Ambiental – Força Verde – 5ª CIA/ CONPARNI
- Newton Paulo de Abreu Angeli - Representante do COMTUR de Foz do Iguazu / CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Paulo Faria – Analista Ambiental, Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGUP)/ ICMBio
- Rafael Machado - Técnico Administrativo, Parna Iguazu/ICMBio
- Rogério Pasquetti - Representante da Associação dos Produtores Rurais Lindeiros do Parque Nacional do Iguazu e Lago de Itaipu (APROLI) / CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Rosane Nauderer – Analista Ambiental, Parna Iguazu/ICMBio
- Roseli Dahlen - Representante do IFPR/ CONPARNI
- Sidnei dos Reis -Representante do SIGTUR/ CONPARNI
- Tacius Villa de Lima - Representante da ADERE/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Valéria Mariotti - Representante da Secretaria do Esporte e do Turismo do Estado do Paraná/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo
- Yara de Melo Barros - Representante do Parque das Aves/ CONPARNI, membro do GT de revisão do plano de manejo

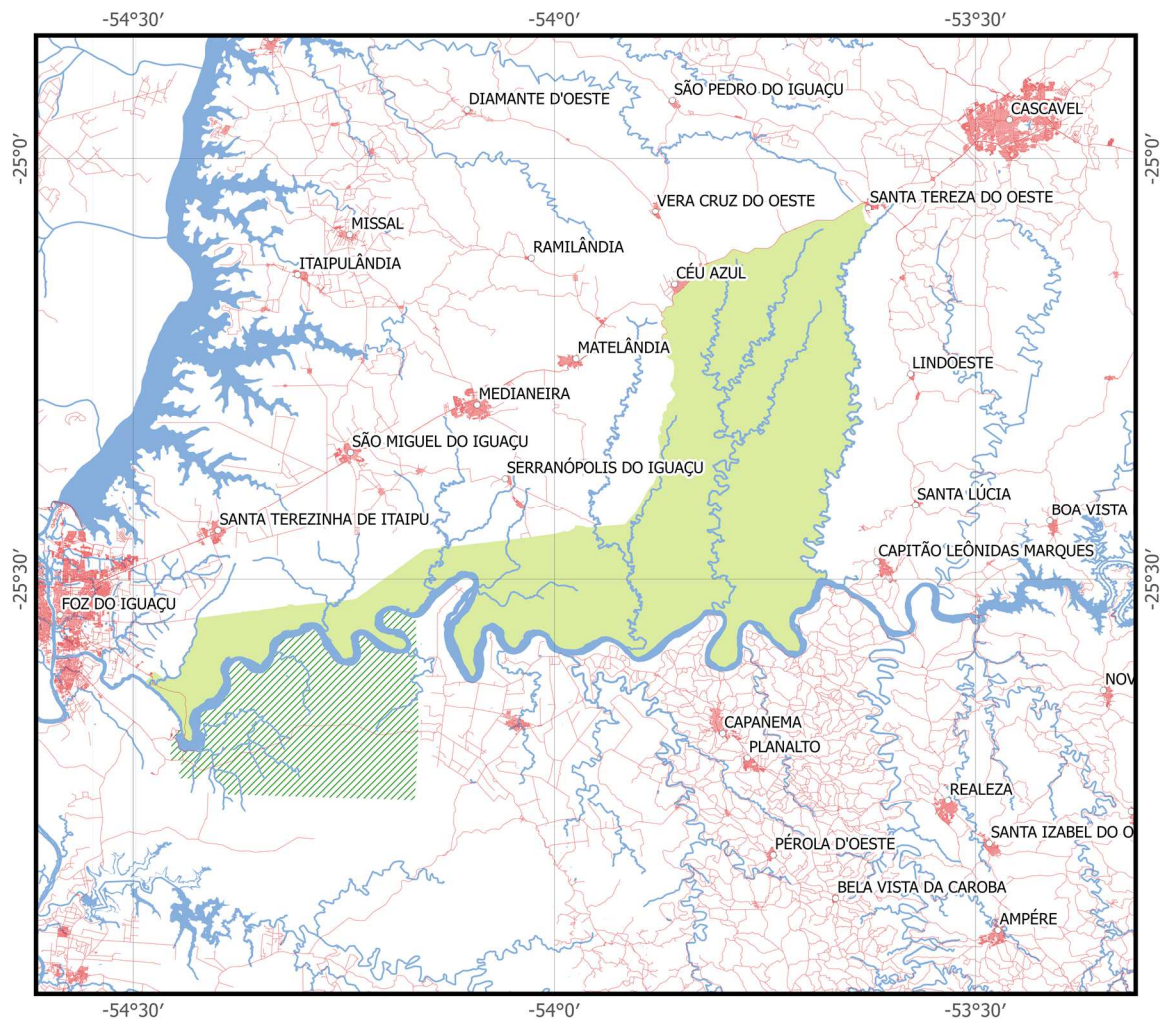
Observadores da Oficina do Plano de Manejo/ICMBio

- Allan Crema-Analista Ambiental, Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGUP)/ ICMBio
- Isis de Cristo Wegner – representante da Concessionária Macuco Safari
- Maicon da Rocha – representante da Concessionária Macuco Safari
- Mônia L. F. Fernandes – Analista Ambiental/ ICMBio
- Rodrigo B. Melo – Analista Ambiental, Equipe Ampliada COMAN/ ICMBio

SUMÁRIO

LIMITES DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	6
MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	7
INTRODUÇÃO.....	7
FICHA TÉCNICA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PARNA IGUAÇU.....	8
BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	9
PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS.....	11
PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	11
DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA.....	11
RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS.....	12
PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS.....	14
AValiação DE NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO.....	14
ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS.....	14
IDENTIFICAÇÃO DE QUESTÕES-CHAVE.....	23
PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO E QUESTÕES CHAVE.....	24
SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	30
ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS.....	30
PARTE 3: ZONEAMENTO E NORMAS.....	31
ZONA INTANGÍVEL.....	33
ZONA PRIMITIVA.....	34
ZONA DE USO EXTENSIVO.....	35
ZONA DE USO INTENSIVO.....	37
ZONA HISTÓRICO- CULTURAL.....	37
ZONA DE RECUPERAÇÃO.....	38
ZONA DE USO ESPECIAL.....	39
ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA ATUAÇÃO NO ENTORNO.....	40
NORMAS GERAIS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	41
ANEXOS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

LIMITES DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU



Legenda

- Sedes Municipais - IBGE
- Vias
- Recursos Hídricos
- Parque Nacional do Iguaçu
- ▨ Parque Nacional Iguazú

N
Escala 1:600.000
1cm = 6 km



Sistema de Coordenadas Geográficas
Sistema de Referência Geogêntrico das Américas - SIRGAS2000

Fonte dos arquivos vetoriais: Acervo do Parque Nacional do Iguaçu - ICMBio; Águas do Paraná; e Projeto OpenStreetMap - OSM.

Elaborado em dezembro de 2017

The block contains three logos: the logo of Parque Nacional do Iguaçu featuring a jaguar, the '10 ANOS' logo with a stylized '10' and a jaguar head, and the ICMBio logo (Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade) with the acronym MMA.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

MISSÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

A missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(ICMBio) é:

“Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

O ICMBio é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação (UC) instituídas pela União.

Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, de educação ambiental e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC federais (BRASIL, 2007).

Em 2017o ICMBio possui 324 UC federais sob sua gestão, perfazendo área de quase 79 milhões de hectares do território brasileiro.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC.

Um plano de manejo serve como referência fundamental para as decisões de manejo e planejamento em uma UC do sistema federal. Descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância, e seus recursos e valores fundamentais. Também define seu zoneamento e normas, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC, além de identificar seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

O processo de revisão do plano de manejo do Parna Iguaçu contou com diversos momentos de participação social, reconhecendo a importância da participação cidadã na gestão de áreas protegidas e o espaço do Conselho Consultivo – CONPARNI. O Conselho participou ativamente por meio de um Grupo de Trabalho (GT) que acompanhou, contribuiu na organização e mobilização comunitária, na monitoria do plano vigente, além de participar de todas as oficinas.

Ao longo dos dois anos da revisão, ocorreram:

- Reuniões: do CONPARNI, GT, equipe de planejamento, setoriais e comunitárias;
- Oficinas: do Plano de Manejo com o conselho; para a Elaboração do Modelo Conceitual para o Planejamento do Parna Iguaçu; de Estratégias de Conservação com pesquisadores e de Elaboração do Plano de Manejo.

Para consolidação do processo de revisão deste plano de manejo foi utilizada uma abordagem simplificada e descentralizada de planejamento, a qual foi identificada pelo ICMBio como uma excelente estratégia de construção de novos planos de manejo.

A principal vantagem de adotar essa estratégia no plano de manejo é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante acerca da UC. Um plano de manejo na abordagem simplificada possui várias funções:

- Fornece um meio de comunicar aos diferentes públicos, por meio de um documento objetivo, o que é mais importante acerca da UC.
- Ajuda a concentrar esforços nos recursos e valores prioritários para a proteção da UC, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Fornece uma base para garantir a coerência na UC quanto aos planos e decisões, além de garantir que programas e ações subsequentes contribuam para atingir o propósito da UC e outros objetivos.
- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planejamentos posteriores.
- Descreve as diretrizes políticas para os recursos e valores-chave da UC.
- Identifica as condições, as ameaças e os problemas da UC em relação aos seus recursos e valores fundamentais.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para a UC.
- Identifica as diferentes zonas de manejo, cujas respectivas normas e estratégias de manejo visam atingir o propósito da UC.

Um plano de manejo na abordagem simplificada inclui os seguintes elementos:

- Ficha Técnica e breve descrição da UC
- Declaração de propósito
- Declarações de significância
- Recursos e valores fundamentais
- Análise dos recursos e valores fundamentais e identificação das necessidades de planejamento e dados
- Subsídios para interpretação ambiental
- Zoneamento
- Atos legais e administrativos
- Normas Gerais

FICHA TÉCNICA E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PARNA IGUAÇU

Nome da Unidade de Conservação (UC): Parque Nacional do Iguaçu - Parna Iguaçu

Categoria e Grupo: Parque Nacional – Proteção Integral

Endereço da Sede do Parna Iguaçu: Rodovia BR- 469, km 22 – Bairro Parque Nacional
CEP 85855-750 – Foz do Iguaçu/Paraná (PR)

Fone/Fax: 55 (45) 3521 8383

E-mail: parnaiguacu@icmbio.gov.br

Home page: www.icmbio.gov.br/parnaiguacu

Superfície: 185.262,5ha

Perímetro: 420 km

Municípios com área dentro do Parna Iguaçu:

Município	% área município no PNI	% área do PNI	% ICMS-E no ICMS municipal(IAP,2017)
Foz do Iguaçu	20,56	6,86	2,70
São Miguel do Iguaçu	12,31	5,66	5,61
Serranópolis do Iguaçu	59,62	15,53	46,90
Matelândia	52,85	18,25	21,54
Céu Azul	71,48	45,51	39,28
Capanema	0,99	0,22	7,28

Municípios do entorno do Parna Iguaçu: Santa Terezinha de Itaipu, Medianeira, Ramilândia, Santa Tereza do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques.

Estado Abrangido pelo Parna Iguaçu: Paraná

Coordenadas Geográficas: lat. S. 25°04' a 25°41' e long. W. 53°58' a 25°04'

Data de Criação e Números dos Decretos: criado pelo Decreto Federal Nº 1035, de 10 de janeiro de 1939, e teve seus limites alterados pelo Decreto nº 86.676 de 01 de dezembro de 1981.

Bioma: Mata Atlântica

BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU:

O Parque Nacional do Iguaçu em seu histórico conta com a passagem do engenheiro abolicionista André Rebouças, que no século XIX, encantado com a criação da primeira área federal protegida do mundo (o Parque Nacional Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos), idealizou o Parque Nacional do Iguaçu. Posteriormente, Alberto Santos Dumont, visitando a região em 1916, ficou surpreso pela área onde se situam as Cataratas do Iguaçu pertencer a um particular e prometeu em sua partida, uma conversa com o “Presidente” do Paraná, para que o local tornasse público e protegido. Três meses depois, através do Decreto Nº. 653, de 28 de julho de 1916, o Estado do Paraná declarava de utilidade pública aquela área para “nela se estabelecerem uma povoação e um Parque”, mas somente em 1939 o Governo Federal cria o Parque Nacional do Iguaçu, através do Decreto Nº. 1.035, de 10 de janeiro de 1939, assinado pelo presidente Getúlio Vargas (Anexo 1).

O Parna Iguaçu tem como característica marcante o Cânion das Cataratas. Formado sobre rochas ígneas resultantes de derramamento de lavas vulcânicas do Cretáceo, com cerca de 200 saltos de água, sendo o mais representativo o da Garganta do Diabo. O Parque está localizado na bacia do rio Iguaçu, mais precisamente na bacia do Baixo Iguaçu sendo sua rede de drenagem constituída por afluentes da margem direita deste rio. Como singularidade, destaca-se o rio Floriano por ter sua bacia hidrográfica de 713 km² totalmente protegida dentro dos limites da UC.

Quanto à flora, o Parna Iguaçu é composto essencialmente pela fisionomia do tipo Floresta Estacional Semidecidual (FES), do tipo Submontana região Central e Sul, e Montanas ao Norte. Apresentam elevada importância na floresta as espécies *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa) e *Euterpe edulis* (palmito-juçara). Espécies características da Floresta Ombrófila Mista predominam em altitudes acima de 700 m, sendo *Ilex paraguariensis* (erva-mate) e *Araucaria angustifolia* (araucária), umas das mais importantes. Ocorrem também Formações Pioneiras de Influência Fluvial em áreas ocasionais e de pequena extensão, como meandros abandonados de rios e áreas de nascentes que formam lagoas. Quanto à diversidade, foram identificados até o momento 761 angiospermas, 16 pteridófitas e 464 espécies de fitoplâncton. De acordo com a Lista Vermelha da IUCN, 16 espécies possuem o status “Em perigo” como *Aspidosperma polyneuron* (peroba-rosa) e *Araucaria angustifolia* (araucária) e sete “Vulneráveis” como *Euterpe edulis* (palmito-juçara) e *Apuleia leiocarpa* (garapa ou grápia).

Quanto à fauna, são elencadas até o momento 158 espécies de mamíferos, 390 de aves, 48 de répteis, 12 de anfíbios, 175 de peixes e pelo menos 800 de invertebrados. De acordo com a Lista Vermelha da IUCN, foram verificadas 10 espécies da fauna com status de conservação “Em perigo” como *Puma concolor* (onça-parda) e *Panthera onca* (onça-pintada), e 13 “Vulneráveis” como *Alouatta guariba* (guariba), *Mazama nana* (veado-bororo), entre outras.

No contexto socioeconômico, a microrregião geográfica do Parque Nacional do Iguaçu (MRGPNI) envolve quatorze municípios do estado do Paraná, definidos pelo recorte geográfico, por estarem situados num raio de 10 km do Parque, e todos possuem influência ou relação com a UC, em maior ou menor grau. A dinâmica socioeconômica da MRGPNI pode ser dividida em três grandes eixos: agroindústria alimentícia; agroindústria de madeira e o turismo. Na região estão presentes também

comunidades tradicionais ou originárias como a Reserva Indígena Avá-Guaraní do Ocoí, da tribo Guarani Kaiowá e a comunidade remanescente Quilombola Apepú, localizada no município de São Miguel do Iguaçu.

Atividades conflitantes e desafios de gestão do Parna Iguaçu:

A caça, pesca e extração de palmito constituem atividade ilegal que persiste até os dias atuais, motivadas por questão cultural (transmitida pelas gerações), consumo interno, e comércio de peixe, carne e peles. Há ainda indícios de um mercado de caça esportiva na região.

Devido às características do relevo e da hidrografia do Paraná, existem diversos projetos de usinas em curso, como a Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, em implantação nos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. Tendo vista a proximidade do Parque, esta usina pode afetar o comportamento da biota que ali vive, além de ameaçar a vazão de água das Cataratas. A instalação das usinas, assim como a instalação de indústrias e a abertura e pavimentação de estradas é uma realidade no entorno do Parque e implica na expansão da urbanização dos municípios. Na Argentina existe crescente ocupação da zona de amortecimento do parque argentino, que pode afetar a conectividade florestal com o parque brasileiro e, portanto, a migração de espécies.

As estradas geram efeitos diretos, como efeito de borda, fragmentação e isolamento de populações, além de atropelamentos de fauna e erosão do solo ao longo de estradas de terra mal planejadas e com manutenção deficiente. No Parque, a estrada do Colono, localizada em área brasileira, cortava a floresta ao longo de 18 km, conectando os municípios de Capanema e Serranópolis do Iguaçu. Aberta em 1953, foi fechada pelo IBAMA em 2001 e novamente em 2003, após uma nova tentativa de abertura, dando espaço à recomposição da floresta no antigo leito. Atualmente podem ser observados indícios claros da presença da fauna no local e recuperação da vegetação. O Parna Iguaçu tem uma estrada em seu interior, a BR-469, que leva até as cataratas e duas que margeiam o Parque, a BR-277, na região de Céu Azul, e a Estrada Velha de Guarapuava, que margeia o Parque desde Foz do Iguaçu até Céu Azul.

As atividades agrícolas ocorrem praticamente em todo o entorno do Parque, sendo a agropecuária e agricultura mecanizada as atividades predominantes. Na região de Capanema, há uma iniciativa de agricultura orgânica com produção de soja, milho, trigo e feijão sem uso de agrotóxicos e com técnicas de biodinâmica. Os incêndios, de causa antrópica ou não, também são considerados uma ameaça ao Parna Iguaçu.

A presença humana no entorno também contribui para a entrada de animais domésticos no interior da UC, além da introdução de espécies exóticas, incluindo as invasoras, tanto de plantas, como animais.

A maior pressão de visitação em massa está em Foz do Iguaçu devido à presença das Cataratas. Essa atividade pode acarretar em produção de lixo, em erosão do solo e perturbações à fauna. Ressalta-se, no entanto, que o uso público é um dos objetivos de criação dos Parques Nacionais e deve ser fomentado, buscando-se oferecer ao visitante um serviço de qualidade, que minimize os impactos ambientais da atividade e promova interpretação ambiental.

Serviços ecossistêmicos prestados pelo Parque:

Ao proteger porções significativas de ecossistemas florestais e aquáticos, o Parna Iguaçu presta os serviços ecossistêmicos de regulação, representados pela manutenção de habitats de reprodução, regulação do ciclo hidrológico, através da manutenção da drenagem, irrigação e precipitação natural; de suporte, como manutenção da diversidade biológica e genética de espécies. Também provê serviços culturais ao possibilitar o uso educacional, de pesquisa e turístico de sua área e valor estético, ao permitir sentimento de bem estar, paz e maravilhamento das pessoas perante alguns atributos do Parque (Kropf, 2014; Kropf et al. 2011).

O caráter transfronteiriço do Parna Iguazu:

O Parque Nacional do Iguazu configura-se com uma área protegida fronteiriça devido à localização na fronteira entre Argentina e Paraguai, limitando-se em mais de 60 km com o Parque Nacional Iguazú (AR) e integrando um dos mais importantes contínuos biológicos do Centro-Sul da América do Sul. Esta característica transfronteiriça pode ser vista tanto como uma dificuldade, por um lado, devido às restrições para ações e o controle das atividades ilegais, e, por outro, como oportunidade de trocas, sejam elas interpessoais, culturais ou comerciais (KROPF, 2014). Também traz uma peculiaridade à gestão do território, dentro de uma abordagem ecossistêmica, que é a cooperação nos esforços de conservação da biodiversidade em um ecossistema transfronteiriço.

A caracterização detalhada e o diagnóstico atualizado do Parna Iguazu podem ser encontrados na atualização do Diagnóstico, elaborado por KROPF et al, 2017 e KROPF; BRITO, 2017.

PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes principais de um plano de manejo na abordagem simplificada incluem uma breve descrição da UC, o propósito da UC, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são os fundamentais porque eles geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planejamentos e esforços de manejo futuros.

O PROPÓSITO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAZU

O propósito de uma UC está baseado em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo os estudos prévios à criação e da legislação, as quais influenciaram a sua implantação. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da UC e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

Assim, o propósito construído para o Parna Iguazu é:

“O Parque Nacional do Iguazu, reconhecido como patrimônio natural mundial e palco das impressionantes Cataratas do Iguazu, preserva importante remanescente da mata atlântica, compartilha sua beleza cênica e conserva sua biodiversidade promovendo benefícios socioambientais para as presentes e futuras gerações.”

DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores da UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de unidades de conservação. Tais declarações são diretamente associadas ao propósito da UC e são apoiadas pelo conhecimento técnico/científico disponível, percepções culturais e consenso. Declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados.

As declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da UC sejam preservados.

Declarações de significância do Parque Nacional do Iguazu:

- 1) O Parna Iguazu, com seus mais de 185 mil ha, é um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica de interior e se insere em um contexto geográfico singular ao se conectar com outros***

fragmentos florestais semelhantes na Argentina, destacando-se o Parque Nacional do Iguazu. Este contínuo florestal, denominado Corredor Verde, abriga uma rica biodiversidade, incluindo espécies raras e ameaçadas de fauna e flora como a jacutinga, surubim-do-iguazu, bugio, harpia, onça-pintada, gato-maracajá, peroba-rosa e palmito-juçara, com grande potencial para pesquisas científicas.

- 2) A integridade da paisagem do Parna Iguazu, compondo o corredor verde, abriga a maior população de onças-pintadas da Mata Atlântica. As onças, símbolo do Parna Iguazu, são os maiores predadores terrestres das Américas e representam o topo da cadeia alimentar, sendo sua reprodução natural significativo indicador do equilíbrio do ecossistema regional.*
- 3) O rio Iguazu, depois de cortar todo o estado do Paraná, recebe as águas purificadas da bacia do rio Floriano e outros rios do Parque, onde a floresta contribui com a formação de chuvas que realimentam o sistema hídrico da região, permitindo a existência de espécies raras e altamente exigentes quanto à qualidade de água, que é ainda melhor após o rio se derramar nos paredões das Cataratas.*
- 4) O Parna Iguazu abriga as Cataratas do Iguazu, que com o estrondoso barulho de suas quedas abriga o magnífico balé dos andorinhões e um pôr do sol incandescente, que abre caminho para o arco-íris prateado da lua cheia, proporcionando interações ecológicas e sensações incríveis de vivência, atraindo visitantes do mundo inteiro.*
- 5) O Parna Iguazu guarda o registro da passagem das diferentes culturas e ocupações do Alto Paraná, evidenciado pela presença de sítios arqueológicos, das etnias Itararé e Guarani, das Vilas São José do Iguazu, Santo Alberto, São Luiz, Santa Lúcia, comunidade Dois Irmãos e de estruturas históricas como o Hotel das Cataratas, a Usina São João e a estrada histórica Foz do Iguazu -Cataratas.*
- 6) O Parna Iguazu é uma referência nacional de pioneirismo em planejamento e implantação de estratégias inovadoras de gestão de unidades de conservação, tais como: projetos interinstitucionais de pesquisa e proteção, parcerias com a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada e educação ambiental voltada à participação cidadã.*
- 7) O Parna Iguazu, um dos mais visitados do Brasil, abriga as majestosas Cataratas do Iguazu e proporciona uma experiência emocionante de recreação em contato com a natureza, sendo referência em visita para os parques brasileiros.*
- 8) O Parna Iguazu estimula o crescimento socioeconômico local, regional e nacional. Desenvolve toda uma cadeia de serviços e negócios vinculados ao turismo e meios de produção, gerando importantes oportunidades de emprego e contribuindo de maneira significativa para geração de renda.*

RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Uma das responsabilidades mais importantes dos gestores de UC é garantir a conservação e o desfrute público das qualidades que são essenciais (fundamentais) para atingir o propósito da UC e manter sua significância.

Os recursos e valores fundamentais são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas ou processos ecológicos), sociais (relacionados ao bem estar social), culturais, históricos, geológicos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC, e serão levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância.

Os seguintes recursos e valores fundamentais foram identificados para o Parna Iguaçu:

- 1) **O espetáculo das Cataratas do Iguaçu:** As magníficas Cataratas do Iguaçu, estrutura ecológica singular e suas volumosas águas, são ícone do turismo mundial, integrando o Brasil e a Argentina projetam o Parna Iguaçu como Patrimônio Natural Brasileiro e importante instrumento para a conservação da natureza.
- 2) **Espécies-chave para ações de conservação:** São as espécies ameaçadas, regional ou nacionalmente (por ex. jacutinga - *Aburria jacutinga*, anta - *Tapirus terrestris*, queixada – *Tayassu pecari*, etc), endêmicas (por ex. surubim-do-iguazu - *Steindachneridion melanodermatum*) e alvos de caça, pesca ou exploração (por ex. macuco – *Tinamus solitarius*, palmito-juçara – *Euterpe edulis*) que são importantes indicadores da qualidade ambiental, como fator de sensibilização e compõem a rica diversidade do Parna Iguaçu. Possuem importante papel ecológico, fazendo parte da cadeia alimentar. Algumas também atuam como dispersoras de sementes, sendo fundamentais na manutenção da estrutura florestal e dos processos ecológicos.
- 3) **A manutenção de um carnívoro de topo de cadeia - a onça-pintada:** Maior predador das Américas, ameaçado pela destruição de habitat, caça, diminuição de presas, encontra no Parna Iguaçu e suas conexões, principalmente com a Argentina, um ambiente favorável para sua sobrevivência. Sua persistência, enquanto população na natureza depende intrinsecamente da manutenção de recursos (presas, água, habitat de qualidade), da integridade da paisagem (grande contínuo florestal e conexão com outros fragmentos) e da diminuição dos conflitos com o entorno do Parque. Por todas essas razões, a onça-pintada, enquanto espécie, impõe grandes desafios de gestão e proteção e contribui na estabilidade ecossistêmica do Parna Iguaçu.
- 4) **O maciço florestal protegido pelo Parna Iguaçu** representa um dos últimos grandes remanescentes da Mata Atlântica, proporcionando diversos serviços ecossistêmicos como: produção de água para o entorno, sequestro de carbono, regulação climática local, polinização e manutenção do solo. Em conjunto com o Parque Nacional do Iguazú funciona como área núcleo da ecorregião de florestas do Alto Paraná, abrigando uma rica diversidade e contribuindo para a manutenção de espécies ameaçadas.
- 5) **Malha hídrica:** A malha hídrica do Parna Iguaçu é composta pela bacia do rio Floriano, uma das poucas bacias totalmente abrigada na Mata Atlântica do Sul do País, por lagoas e diversos afluentes do baixo Iguaçu. Constitui a base para a manutenção da rica biodiversidade regional e confere delimitação geográfica para proteção da Unidade. O Parque garante a integridade do rio Floriano, que é referência em padrões hidrológicos, além de favorecer a manutenção da vazão das Cataratas do Iguaçu.
- 6) **Experiência de conexão com a natureza:** Com seus distintos acidentes de relevo, fisionomias geológicas, rios, cachoeiras, corredeiras e ambientes, o Parna Iguaçu oferece diversificadas oportunidades para práticas recreativas, esportivas e de lazer em contato com a natureza, que projetam o grande potencial do Parque e seu entorno para o desenvolvimento do turismo sustentável como estratégia para sua conservação.
- 7) **Referência em educação ambiental e espaço para geração de conhecimento:** O Parna Iguaçu é uma área protegida que, através de sua Escola Parque, é uma referência em educação ambiental como espaço de diálogo e participação cidadã, interpretação ambiental e construção de conhecimento. O Parque também é um laboratório vivo que oportuniza desenvolver, de maneira dinâmica, pesquisas científicas em prol da conservação e da geração de conhecimento.
- 8) **Patrimônio Histórico-cultural:** O Parna Iguaçu salvaguarda a história da conservação da natureza no Brasil e as memórias da ocupação pretérita da região. É testemunho de fatos, lendas e

estruturas que são referências da transformação da paisagem, tais como os sítios arqueológicos, a cultura indígena, a lenda das Cataratas, as antigas vilas, estradas e usina São João.

PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos de um plano de manejo na nova abordagem incluem atos legais e administrativos, avaliação de necessidades de dados e planejamento e subsídios para interpretação ambiental. Esses componentes são dinâmicos porque mudarão com o tempo, já que novos atos e regulamentos poderão ser estabelecidos. Também, à medida que as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais mudarem com o tempo, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente às questões-chave. Portanto, essa parte do plano de manejo será atualizada constantemente.

AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO

Uma vez identificados os componentes fundamentais da Parte 1, é importante reunir e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e de planejamento. A seção de avaliação das necessidades de dados e planejamento apresenta as questões de planejamento (ameaças, condições atuais e tendências), os projetos de planejamento que irão contemplar tais questões e as informações necessárias relacionadas, como é o caso de levantamento de espécies e coleta de dados, inclusive dados geográficos.

Há três passos na avaliação das necessidades de dados e planejamento:

- Análise de recursos e valores fundamentais (RVF), inclusive as necessidades de dados e planejamento.
- Identificação de questões-chave e necessidades de dados e planejamento para resolvê-los.
- Priorização das necessidades de planejamento e de dados relacionados aos RVF e às questões-chave.

Todas as necessidades de dados e planos identificadas nesta seção são destinadas a proteger os recursos e valores fundamentais, que embasam o Propósito e a Significância da UC, além de abordar questões-chave.

A análise de recursos e valores fundamentais e a identificação de questões-chave conduzem e amparam a identificação de necessidades de planejamento e coleta de dados.

ANÁLISE DOS RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

A análise de recursos e valores fundamentais contém um diagnóstico participativo rápido, que aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados e de planejamento relacionadas ao manejo do recurso ou valor identificado na oficina do PM.

A sistematização dessa análise encontra-se nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Análise do RVF “Cataratas do Iguazu”

Cataratas do Iguazu		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Interpretação ambiental não alcança todos os visitantes da UC.	Continuidade do turismo superficial.	
Do ponto de vista físico, está estável.	Do ponto de vista físico é incerto.	Organizar e disponibilizar dados sobre a formação geológica das cataratas, sua estabilidade e fragilidade geológica.
Águas em condições de balneabilidade	Tendência de melhorar a qualidade devido à existência de políticas públicas para esse fim e para monitoramento da qualidade.	Fortalecimento do monitoramento da qualidade da água relacionadas às bacias que drenam ao Parna Iguazu e corpos hídricos do interior da UC, incluindo as estações de tratamento de efluentes, análise microbiológica e balneabilidade do rio Iguazu.
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Usina Baixo Iguazu.	Plano de monitoramento e manejo dos impactos da UHE Baixo Iguazu, com foco na vazão da água e proliferação de macrófitas e de mexilhão dourado.	Estudo do impacto socioeconômico e ambiental da Usina Hidrelétrica Baixo Iguazu.
Fragilidade geológica da área Cataratas.	Planejamento, ordenamento e redimensionamento da infraestrutura na área Cataratas frente à crescente demanda e com abordagem binacional.	Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade.
Falta de manejo da vegetação para permitir a visibilidade das quedas.		Estudo para definição do número balizador de visitação (NBV) na área cataratas, considerando aspecto físico e experiência da visitação.

Tabela 2 – Análise do RVF “Espécies chave para ações de conservação”

Espécies chave para ações de conservação		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Palmito mais ameaçado nas bordas do Parna Iguazu.	Tendência de manutenção da população de palmito devido à concentração na região mais interna da UC.	
Mamíferos em condição estável no período de 5 anos (2009-2013), com exceção do queixada.	Tendência de declínio nos próximos anos (mamíferos, tinamídeos e cracídeos).	Avaliação do status populacional e programa de monitoramento de tendências das espécies chave, incluindo a qualificação da relação de intensidade de visitação com alteração na paisagem (incluindo presença de fauna), com proposição de ações para mitigação de impactos.
Tinamídeos e cracídeos são alvos de caça, mas não há dados populacionais para definir condições atuais.		
Surubim-do-iguazu criticamente ameaçado, por ter habitat restrito e sofrer pressões.	Tendência crítica de diminuição do surubim-do-iguazu.	Avaliar o status populacional do surubim-do-iguazu e sua manutenção no rio Iguazu frente à implantação da

		UHE.
Presença histórica de espécies ameaçadas, mas com pouco ou nenhum registro atualmente.	Sem informações para definição da tendência.	Busca de espécies de ocorrência histórica no Parna Iguaçu para comprovar sua presença atual. (Ex.: harpia, arara, ariranha, pato-mergulhão).
Araucária com população pequena, de ocorrência restrita no Parna Iguaçu, mas estável.	Avaliar estudos existentes para o Parna Iguaçu para identificar melhor a tendência para a araucária.	Mapeamento populacional da floresta de araucária. Avaliação genética e endogamia de araucária para análise de viabilidade das populações.
Possibilidade de nova espécie de cervídeo. Se confirmada, não há dados para condição atual.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Caça, pesca e exploração (palmito)	Reestruturação do plano de proteção com foco nas principais ameaças, considerando ações estratégicas de maior efetividade.	Banco de dados informatizado das espécies e integrado entre resultado de pesquisa e proteção.
	Reestruturação do plano de educação ambiental com foco no contexto atual do Parque, no combate às ameaças principais, ampliando o alcance para a população do entorno e visitantes.	Organizar as informações disponíveis para subsidiar a reestruturação do plano.
	Plano de envolvimento com o entorno, com alternativas de renda, como apoio ao combate às ameaças principais.	
Presença de espécies exóticas e domésticas e possível chegada de novas (Ex.: javali)	Plano de prevenção e controle das espécies exóticas e diminuição dos impactos relacionados às espécies domésticas.	Mapeamento e avaliação de espécies exóticas e invasoras.
Presença de estradas (atropelamentos e efeito de borda).	Plano de ordenamento e mitigação de impactos dos usos das estradas BR-277, BR-469 e Estrada Velha de Guarapuava.	Monitoramento de atropelamento de animais.
Tamanho reduzido do Parque para algumas espécies que necessitam de territórios maiores para viabilidade da população, como queixada e onça-pintada, por exemplo.	Fortalecimento das relações binacionais (corredores, pesquisa e manejo, proteção e uso público).	
Visitação e atividades humanas (há estudos científicos que comprovam menor presença de fauna em ambientes onde existe uso público).	Plano de pesquisa para conservação, com linhas de pesquisas prioritárias e banco de dados atualizado e integrado com dados da proteção. Com base nas ameaças e contexto da UC, preparar um plano de pesquisa focado na gestão da UC.	Utilizar os dados do diagnóstico socioeconômico e ambiental atualizado para o plano de manejo.
		Aprofundar estudos sobre a relação da visitação com a fauna e avaliar necessidade de estudos de número balizador de visitação (NBV) x impactos na fauna.

Falta de informação sobre algumas espécies impede elaboração de estratégias de conservação.	Base de dados integrada à base de dados nacional em desenvolvimento.
	Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade.

Tabela 3 – Análise do RVF “Onça-pintada”

Onça-pintada		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
População atual da onça-pintada em crescimento.	Tendência de diminuição da população se as ameaças não foram removidas.	Monitoramento contínuo da população de onças em conjunto com o corredor verde, e atualização dos estudos genéticos (genética das populações) para avaliar a viabilidade das populações existentes e a inter-relação entre as UC.
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Caça por retaliação e de suas presas (cultural e esportiva).	Reestruturação do plano de proteção com foco nas principais ameaças, considerando ações estratégicas de maior efetividade.	Banco de dados informatizado das espécies e integrado entre resultado de pesquisa e proteção.
	Planode gestão de conflitos devido à predação de criações de animais domésticos por carnívoros.	
	Planode envolvimento com entorno, com alternativa de renda, como apoio ao combate às ameaças principais.	
	Reestruturação do Planode educação ambiental com foco no contexto atual do Parque, no combate às ameaças principais, ampliando o alcance para a população do entorno e visitantes.	Organizar as informações disponíveis para subsidiar a reestruturação do plano.
Presença de espécies exóticas e domésticas e possível chegada de novas (Ex.: javali)	Planode prevenção e controle das espécies exóticas e diminuição dos impactos relacionados às espécies domésticas.	Mapeamento e avaliação de espécies exóticas e invasoras.
Visitação e atividades humanas. (há estudos científicos que comprovam menor presença de fauna em ambientes onde existe uso público)	Planode pesquisa para conservação, com linhas de pesquisas prioritárias e banco de dados atualizado e integrado com dados da proteção. Com base nas ameaças e contexto da UC, preparar um planode pesquisa focado na gestão da UC.	Uso dos dados do diagnóstico socioeconômico e ambiental atualizado para o plano de manejo.
		Aprofundar estudos sobre a relação da visitação com a fauna e avaliar necessidade de estudos de número balizador de visitação (NBV) x impactos na fauna.
		Base de dados integrada à base de dados nacional em desenvolvimento.
		Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade

Presença de estradas (atropelamentos de animais e efeito de borda).	Planode ordenamento ou mitigação de impactos dos usos das estradas BR-277, BR-469 e Estrada Velha de Guarapuava.	Monitoramento de atropelamento de animais.
Tamanho reduzido do Parque para algumas espécies que necessitam de territórios maiores para viabilidade da população, como queixada e onça, por exemplo.	Fortalecimento das relações binacionais (corredores, pesquisa e manejo, proteção e uso público).	

Tabela 4 – Análise do RVF “Maciço Florestal”

Maciço Florestal		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
O Parna Iguaçu possui boa conectividade somente com áreas florestais da Argentina.	Restauração das matas ciliares do entorno no lado Brasileiro (Áreas de preservação permanente - APPs).	Avaliação da matriz de cobertura vegetal no entorno do Parna Iguaçu, incluindo a APP dos tributários que entram na UC e cruzamento com dados do CAR para priorização de ações de recomposição.
Apresenta alta diversidade de fauna e flora.		
Entre 2010 e 2015 houve perda de Áreas de Preservação Permanente no entorno, após publicação do novo Código Florestal.		
Presença de espécies exóticas invasoras, com estudos sobre as mesmas, porém, sem informação se a presença é geral ou apenas pontual na UC.		
Sistema florestal bem conservado, com centro do maciço apresentando florestas mais próximas das originais e em melhor estado de conservação.		
Floresta sofre grande efeito de borda.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Ocorrência de atividades ilegais dentro da UC como caça e extração de palmito.	Reestruturação do plano de proteção com foco nas principais ameaças, considerando ações estratégicas de maior efetividade.	Banco de dados informatizado das espécies e integrado entre resultados de pesquisa e proteção.
Presença de espécies exóticas invasoras.	Planode prevenção e controle das espécies exóticas e diminuição dos impactos relacionados às espécies domésticas.	Mapeamento e avaliação de espécies exóticas e invasoras.

Falta de envolvimento da população do entorno com a gestão e conservação do Parna Iguazu.	Reestruturação do planode educação ambiental com foco no contexto atual do Parque, no combate às ameaças principais, ampliando o alcance para a população do entorno e visitantes.	Organizar as informações disponíveis para subsidiar a reestruturação do plano.
	Planode envolvimento com entorno, com alternativa de renda, como apoio ao combate às ameaças principais.	
Ausência de conectividade do Parna Iguazu com outras áreas florestais, especialmente no lado brasileiro.	Plano de fortalecimento de conectividade com outras áreas florestais, com políticas públicas de recomposição e manejo de bacias.	
	Fortalecimento das relações binacionais (corredores, pesquisa e manejo, proteção e uso público).	
Estradas (BR-469, BR-277, Estrada Velha de Guarapuava).	Planode ordenamento e mitigação de impactos dos usos das estradas BR-277, BR-469 e Estrada Velha de Guarapuava.	Monitoramento de atropelamento de animais.
Pressão para reabertura da estrada do Colono.		

Tabela 5 – Análise do RVF “Malha hídrica”

Malha hídrica		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Bacia do rio Floriano bem conservada e com boa vazão.	Menor uso de agroquímicos no entorno do Parque.	Fortalecimento do monitoramento da qualidade da água relacionada às bacias que drenam ao Parna Iguazu e corpos hídricos do interior da UC, incluindo as estações de tratamento de efluentes, análise microbiológica e balneabilidade do rio Iguazu.
Nível do rio Iguazu controlado pelas usinas.	Maior controle de agroquímicos.	
Uso desordenado do Iguazu a jusante das Cataratas.	Soterramento de nascentes.	
Estudos de qualidade de água e de macroinvertebrados aquáticos atualizados.		
Inexistência de coleta e tratamento de esgoto no trecho entre o Parna Iguazu e o trevo da Argentina.		
Atividades de uso público em rios.		
Programa Aqualguaquem andamento, com execução do Projeto- Conhecendo os Rios do Parque.		

Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Falhas na drenagem da BR-277.	Plano de ordenamento e mitigação de impactos dos usos das estradas BR-277, BR-469 e Estrada Velha de Guarapuava.	Monitoramento de atropelamento de animais.
Escoamento de águas pluviais de áreas urbanas para o interior do Parna Iguaçu.	Plano de fortalecimento de conectividade com outras áreas florestais, com políticas públicas de recomposição e manejo de bacias.	
Falta de saneamento básico no entorno do Parna Iguaçu.		
Efeitos das usinas hidrelétricas ao longo do rio Iguaçu, como oscilação abrupta da vazão do rio.	Plano de monitoramento e manejo dos impactos da UHE Baixo Iguaçu (vazão da água e proliferação de macrófitas e de mexilhão dourado).	Estudo do impacto socioeconômico e ambiental da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu
Erosão nas margens do rio Iguaçu e dos demais rios, principalmente antes de entrarem no Parna Iguaçu		
Existência de espécies exóticas nos corpos hídricos do Parque	Plano de prevenção e controle das espécies exóticas e diminuição dos impactos relacionados às espécies domésticas.	Mapeamento e avaliação de espécies exóticas e invasoras.

Tabela 6 – Análise do RVF “Experiência de conexão com a Natureza”

Experiência de conexão com a Natureza		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Visitação concentrada (em 0,5% do Parna Iguaçu).	Pequena melhora na qualidade e diversificação de atividades em Capanema.	
Permissão exclusiva de entrada de veículos conduzindo visitantes ao Parque para prestadores de serviços de Foz do Iguaçu.		
População local pouco acessa o Parna Iguaçu.	Turismo do entorno se mantém baixo.	
Apesar de o Parna Iguaçu proporcionar entradas para diferentes grupos sociais para as Cataratas do Iguaçu, as demais atividades alternativas de visitação no interior da Unidade possuem alto custo financeiro.		
Alta demanda concentrada em alguns períodos do ano.	Aumento da visitação na área Cataratas.	

Inexistência de atividades não concessionadas (acesso não pago).		
A atividade de visitação atual no Parna Iguaçu não favorece a experiência de conexão com a natureza.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Concentração da visitação no tempo e no espaço.	Plano de Uso Público - Planejamento de novas atividades na área das Cataratas e municípios do entorno visando a diversificação de experiências oferecidas e desconcentração da visitação em relação à área Cataratas.	Avaliação de alternativa de viabilidade para diversificar oportunidade e negócios em outros municípios.
Pequeno aproveitamento do espectro potencial de classes de experiência da visitação.		Dados de impactos das atividades de uso público na biodiversidade visando subsidiar o programa de monitoramento das atividades de uso público.
Desconhecimento da viabilidade econômica para negócios fora da área Cataratas.		
Redução da qualidade da paisagem na área Cataratas.		
Concentração de atividades na entrada do Parque (ambulantes e etc.), espaço desorganizado.		
Inexistência de política para qualificação e monitoramento da qualidade das atividades dos guias de turismo.	Planode qualificação de guias para alinhamento das experiências de visitantes desejável pelo Parna Iguaçu.	
Falta de controle de acesso de visitantes pelo rio Iguaçu	Sinalização e controle do rio Iguaçu, para reconhecimento da área pelos usuários como Parque Nacional.	
	Política de ingresso do Parna Iguaçu: metas de inclusão de visitantes lindeiros, política de ingresso de PNE.	Dados de ingresso e perfil de visitantes produzidos pelos concessionários e compartilhados com o ICMBio, de maneira contínua.
	Fortalecimento das relações binacionais (corredores, pesquisa e manejo, proteção e uso público).	

Tabela 7 – Análise do RVF “Referência em Educação Ambiental”

Para facilitar a análise do RVF Referência em Educação Ambiental e Espaço para Geração de Conhecimento, a avaliação da educação e da pesquisa foi realizada de forma separada, motivo pelo qual estão apresentadas em Tabelas específicas (7 e 8) no plano de manejo.

Referência em Educação Ambiental		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Possui a Escola Parque.	Diminuição das atividades.	
Referência em educação ambiental.	Criação da câmara temática de educação ambiental no conselho consultivo do Parque Nacional do Iguaçu - CONPARNI.	

Parcerias com municípios e concessionários que atuam na UC.	Uso de tecnologias pelas novas gerações, que podem ser melhor exploradas para as ações de educação ambiental.	
Falta de estratégia de interpretação ambiental.	Qualificação da interpretação ambiental na visitação.	
Falta de recursos para a continuidade dos programas.		
Foco de pesquisas científicas.		
Existência de diretrizes claras de educação ambiental pelo ICMBio.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Redução da equipe de planejamento e execução da educação ambiental.	Reestruturação do plano de educação ambiental com foco no contexto atual do Parque, no combate às ameaças principais, ampliando o alcance para a população do entorno e visitantes.	Organizar as informações disponíveis para subsidiar a reestruturação do plano.
Confusão conceitual sobre educação ambiental em Unidades de Conservação.		

Tabela 8 – Análise do RVF “Espaço para geração de conhecimento”

Espaço para geração de conhecimento		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
301 autorizações de pesquisa emitidas: 31 com relatório, 148 com relatório insuficiente e 121 sem relatório.	Aumento de pesquisas de cunho socioambiental e aplicadas.	
360 publicações sendo 206 sobre diversidade e ecologia.	Aumento do conhecimento sobre biodiversidade e ecologia do Parna Iguaçu.	
Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio em andamento.	Aumento de parcerias com universidades e instituições de pesquisa.	
Parna Iguaçu possui setor de pesquisa.	Início do Projeto Aves do Iguaçu em maio de 2017.	
Coleta de dados da visitação não é tratada como pesquisa científica.	Implementação efetiva da câmara temática de pesquisa no CONPARNI.	
Programa Aqualguaçu em andamento.		
Projeto Carnívoros do Iguaçu em andamento.		
Projeto Monitoramento de Atropelamentos de animais em andamento.		
Projeto Conhecendo os Rios do Parque em andamento		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos

Falta de Recursos (humanos, financeiros, estrutura, etc.)	Planode pesquisa para conservação, com linhas de pesquisas prioritárias e banco de dados atualizado e integrado com dados da proteção. Com base nas ameaças e contexto da UC, preparar um planode pesquisa focado na gestão da UC.	Uso dos dados do diagnóstico socioeconômico e ambiental atualizado para o plano de manejo.
		Aprofundar estudos sobre a relação da visitação com a fauna e avaliar necessidade de estudos de número balizador de visitação (NBV) x impactos na fauna.
		Base de dados integrada à base de dados nacional em desenvolvimento.
		Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade.
Pouco diálogo entre pesquisadores e UC.	Planejamento de centro institucional de pesquisas, com estrutura física de apoio aos pesquisadores.	
Atividades ilícitas que atrapalham a realização das pesquisas.		

Tabela 9 – Análise do RVF “Patrimônio histórico-cultural”

Patrimônio histórico-cultural		
Cenário atual	Tendência	Necessidade de dados
Poucas atividades para valorização do patrimônio histórico-cultural.	Crescimento da discussão sobre como valorizar estes recursos.	Organizar e disponibilizar dados sobre a formação geológica das Cataratas.
Estruturas históricas abandonadas. Por exemplo: Usina e represas do rio São João, estruturas das antigas vilas, etc.		
Faltam atividades que valorizem o patrimônio histórico cultural do Parque.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculada aos planejamentos
Desvalorização do patrimônio.	Planode resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural, com resgate estratégico geológico e arqueológico em um espaço museu.	Reunir e organizar as informações existentes e mapear os valores histórico-culturais do Parna Iguaçu.
Perda dos bens histórico-culturais.		
Uso intensivo da trilha das Cataratas. Existem estruturas históricas, como a fonte de água, por exemplo, que necessitam de conservação.		

IDENTIFICAÇÃO DE QUESTÕES-CHAVE

Uma questão-chave diz respeito a um problema que é importante para a UC, geralmente relacionada ao seu propósito, declarações de significância e recursos e valores fundamentais. Por exemplo, uma questão-chave pode estar relacionada à possibilidade de um recurso ou valor fundamental ser prejudicado por decisões de gestão, caso a questão não seja avaliada. Uma questão-chave também pode abordar assuntos cruciais não diretamente relacionadas com o propósito e significância, mas que

os afete indiretamente. Normalmente, a questão-chave envolve um problema que precisa de esforço de planejamento futuro ou uma necessidade de coleta de dados e que requer uma decisão dos gestores do ICMBio, mas que ainda não tenha sido identificado nas etapas anteriores.

A identificação das questões-chave foi iniciada nos trabalhos dos grupos quando algum elemento era lembrado nas discussões e não se encaixava nos RVF e, posteriormente, completada em plenária.

Pontos levantados:

- Sistema de transporte do Parna Iguaçu (visitação, fornecedores, funcionários, moradores, etc);
- Destinação do lixo gerado pela visitação, serviços, administração e moradias;
- Cultivos transgênicos na faixa limítrofe do Parna Iguaçu;
- Relação entre onças e visitantes nas áreas de visitação;
- Relação entre quatis e visitantes (dúvidas sobre possibilidade de manejo de fauna);
- Acesso de pessoas com bicicleta (atualmente eles pagam a taxa de transporte único; pode gerar problemas para o Parque).

PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO E QUESTÕES CHAVE

Para manter a conexão com os elementos básicos do plano de manejo, as necessidades de dados e planejamento listadas a seguir estão diretamente relacionadas à proteção de recursos e valores fundamentais, significância e propósito do PARNA do Iguaçu. Para realizar com êxito um planejamento específico podem ser necessárias informações de fontes tais como inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado dos valores e recursos da UC e informação aos visitantes. Essas fontes de informação foram identificadas como necessidades de dados.

A priorização das necessidades de dados e planejamento dos RVF e das questões-chave foi realizada pela plenária e posteriormente refinada pela equipe de planejamento, com base no atendimento dos seguintes critérios:

- Sua execução favorece a resolução de conflitos?
- Existem oportunidades para sua elaboração e implantação?
- Está relacionada aos RVF e ameaças consideradas mais críticas para a conservação da UC?
- Auxilia na mudança do curso, que se deseja, de uma tendência observada em um RVF?
- Número de Recursos e Valores Fundamentais que são elementos naturais e de biodiversidade do Parna Iguaçu afetados pela necessidade de planejamento;
- Questões-chave que podem ser agravadas pelo incremento da visitação proporcionada pela realização dos planejamentos relacionados ao tema;

Salienta-se que para elaboração dos planos específicos recomendados na tabela 11 deverão ser utilizadas como subsídios as informações e recomendações existentes no plano de manejo de 2002 e a monitoria realizada durante sua revisão, quanto aos programas de manejo da UC.

Os quadros a seguir mostram a consolidação final da priorização das necessidades de dados e de planejamento para o Parna Iguaçu:

TABELA 10 - NECESSIDADE DE DADOS:

Valor e Recurso Fundamental ou Questão-chave	Necessidade de dados	Prioridade
Espécie chave p/ conservação	Avaliação do status populacional e programa de monitoramento de tendências das espécies-chave, considerando a qualificação da relação de intensidade de visitação com alteração na paisagem (incluindo presença de fauna), com proposição de ações para mitigação de impactos.	Alta
Malha hídrica	Fortalecimento do monitoramento da qualidade da água relacionada às bacias que drenam ao Parna Iguaçu e corpos hídricos do interior da UC, incluindo as estações de tratamento de efluentes, análise microbiológica e balneabilidade do rio Iguaçu.	Alta
Onça-pintada	Monitoramento contínuo da população de onças em conjunto com o corredor verde, e atualização dos estudos genéticos (genética das populações) para avaliar a viabilidade das populações existentes e a inter-relação entre as UCs.	Alta
Maciço florestal	Avaliação da matriz de cobertura vegetal no entorno do Parna Iguaçu, incluindo a APP dos tributários que entram no Parna Iguaçu e cruzamento com dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para priorização de ações de recomposição. Atentar também para áreas já identificadas por outros projetos para novas conexões.	Alta
Espécies chave p/ conservação	Avaliar o status populacional do surubim-do-iguazu e sua manutenção no rio Iguaçu frente à implantação da UHE Baixo Iguaçu (considerar os resultados da Oficina de Estratégias de Conservação e demais estudos existentes).	Baixa
Patrimônio histórico cultural	Organizar e disponibilizar dados sobre a formação geológica das cataratas, estabilidade e fragilidade geológica.	Baixa
Espécie chave p/ conservação	Busca de espécies de ocorrência histórica no Parna Iguaçu para comprovar sua presença atual. Exemplos: harpia, arara, ariranha, pato-mergulhão, entre outros.	Baixa
Espécie chave p/ conservação	Mapeamento populacional da floresta de araucária. Avaliação genética e endogamia de araucária para análise de viabilidade das populações.	Baixa

TABELA 11 - NECESSIDADES DE PLANEJAMENTO:

Valor e recurso fundamental ou questão-chave	Necessidade de planejamento	Necessidade de dados vinculada ao planejamento	Tema de gestão	Prioridade
Cataratas, Experiência de conexão com a Natureza	Plano de uso público - Planejamento de novas atividades na área das Cataratas e municípios do entorno visando a diversificação de experiências oferecidas e desconcentração da visitação em relação à área cataratas.	Avaliação de alternativa de viabilidade para diversificar oportunidade e negócios em outros municípios.	Uso Público	Alta
		Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade		
Educação, Espécie chave para conservação, Onça-pintada, Maciço florestal	Reestruturação do Plano de educação ambiental com foco no contexto atual do Parque, no combate às ameaças principais, ampliando o alcance para a população do entorno e visitantes.	Organizar as informações disponíveis para subsidiar a reestruturação do plano.	Educação Ambiental	Alta
Espécies Chave para conservação, Maciço florestal, Onça-pintada	Plano de envolvimento com entorno, com alternativas de renda, como apoio ao combate às ameaças principais.	-	Entorno	Alta
Cataratas	Planejamento, ordenamento e redimensionamento da infraestrutura na área Cataratas frente à crescente demanda e com abordagem binacional. Obs. Como a execução deste planejamento depende de uma avaliação geral e prévia do uso público da UC, a elaboração do Plano de uso público é pré-requisito para a execução deste planejamento.	Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade.	Uso Público	Alta
		Estudo para definição do número balizador de visitação (NBV) na área cataratas considerando aspecto físico e experiência da visitação.		
Onça-pintada	Planode gestão de conflitos devido à predação de criação por carnívoros.		Entorno	Média

Valor e recurso fundamental ou questão-chave	Necessidade de planejamento	Necessidade de dados vinculada ao planejamento	Tema de gestão	Prioridade
Questões chaves	Sistema de transporte do Parque. Planejamento do sistema de transporte interno de visitante na UC visando acomodar outras modalidades e interesses dos diferentes usuários. Obs. Como a execução deste planejamento depende de uma avaliação geral e prévia do uso público da UC, a elaboração do Plano de uso público é pré-requisito para a execução deste		Uso Público	Média
Espécies chave para conservação, Onça-pintada, Pesquisa	Plano de pesquisa para conservação, com linhas de pesquisas prioritárias e banco de dados atualizado e integrado com dados da proteção. Com base nas ameaças e contexto da UC, preparar um plano de pesquisa focado na gestão da UC.	Uso dos dados do diagnóstico socioeconômico e ambiental atualizado para o plano de manejo.	Pesquisa	Média
		Aprofundar estudos sobre a relação da visitação com a fauna e avaliar necessidade de estudos de número balizador de visitação (NBV)x impactos na fauna.		
		Base de dados integrada à base de dados nacional em desenvolvimento.		
		Estudo dos impactos das atividades de uso público na biodiversidade.		
Maçço florestal, Recursos Hídricos, Espécies chave para conservação, Onça-pintada, Experiência de conexão com a Natureza	Fortalecimento das relações binacionais Brasil – Argentina (corredores, pesquisa e manejo, proteção e uso público).		Binacional	Média

Valor e recurso fundamental ou questão-chave	Necessidade de planejamento	Necessidade de dados vinculada ao planejamento	Tema de gestão	Prioridade
Espécies chave para conservação, Maciço Florestal, Onça-pintada, Malha Hídrica	Planode prevenção e controle das espécies exóticas e diminuição dos impactos relacionados às espécies domésticas.	Mapeamento e avaliação de espécies exóticas e invasoras.	Manejo	Média
Questões chaves	Relação quatis X visitantes. Mitigação de impactos à fauna e aos visitantes.		Manejo	Média
Espécies chave para conservação, Maciço Florestal, Onça-pintada	Reestruturação do plano de proteção com foco nas principais ameaças, considerando ações estratégicas de maior efetividade.	Banco de dados informatizado das espécies e integrado entre resultado de pesquisa e proteção.	Proteção	Média
Experiência de conexão com a Natureza	Planode qualificação de guias de turismo para alinhamento das experiências de visitantes desejáveis pelo Parna Iguaçu.	-	Uso Público	Baixa
Questões chaves	Avaliar culturas existentes, práticas e organismos geneticamente modificados (OGM) e seus impactos no Parna Iguaçu.		Entorno	Baixa
Experiência de conexão com a Natureza	Política de ingresso do Parna Iguaçu: metas de inclusão de visitantes lindeiros, política de ingresso de Portador de Necessidade Especial - PNE.	Dados de ingresso e perfil de visitantes produzidos pelos concessionários e compartilhados com o ICMBio, de maneira contínua.	Uso Público	Baixa
Cataratas e Malha Hídrica	Planode monitoramento e manejo dos impactos da UHE Baixo Iguaçu (vazão da água e proliferação de macrófitos e de mexilhão dourado).	Estudo do impacto socioeconômico e ambiental da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu.	Manejo	Baixa
Questões chaves	Relação onças X pessoas na área de visitação. Avaliação		Manejo	Baixa

Valor e recurso fundamental ou questão-chave	Necessidade de planejamento	Necessidade de dados vinculada ao planejamento	Tema de gestão	Prioridade
	da situação atual, projeções e ações de manejo.			
Pesquisa	Planejamento de centro institucional de pesquisas, com estrutura física de apoio aos pesquisadores.		Pesquisa	Baixa
Patrimônio histórico cultural	Plano de resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural, com resgate estratégico geológico e arqueológico em um espaço museu.	Reunir e organizar as informações existentes e mapear os valores histórico-culturais do Parna Iguaçu.	Uso Público	Baixa
Malha Hídrica, Maciço Florestal	Plano de fortalecimento de conectividade com outras áreas florestais, com políticas públicas de recomposição e manejo de bacias em articulação com o comitê de bacias hidrográficas e o CONPARNI.		Entorno	Baixa
Espécies chave para conservação, Maciço Florestal, Malha Hídrica, Onça-pintada.	Plano de ordenamento e mitigação de impactos dos usos das estradas BR-277, BR-469 e Estrada Velha de Guarapuava.	Monitoramento de atropelamento de animais.	Manejo	Baixa
Questões chaves	Coleta e destinação adequada do lixo produzido no Parna Iguaçu. Ordenar, normatizar e monitorar um sistema de adequação ambiental das estruturas do Parque.		Manejo	Baixa
Experiência de conexão com a natureza	Sinalização e controle do rio Iguaçu, para reconhecimento da área pelos usuários como Parque Nacional.		Proteção	Baixa

O quadro a seguir mostra os resultados obtidos acima e simplificados nas totalizações.

CONTEXTO DO DIAGNÓSTICO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de dados	04	00	04
Necessidades de planejamento	04	07	11
TOTAL = 30	08 = 26,70%	07 = 23,30%	15 = 50,00%

SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Um dos objetivos do SNUC é favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental (Artigo 4º inciso XII). Além da prerrogativa legal, a interpretação ambiental no ICMBio segue as Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação, publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente em 2006.

A interpretação ambiental é uma ferramenta de grande potencial de sensibilização e aproximação com a sociedade. Realizada de forma planejada e estruturada, contribui para o fortalecimento da compreensão sobre a importância da UC e transforma a visita em uma experiência enriquecedora e agradável.

Os subsídios para interpretação refletem o propósito da UC, a sua significância e os seus recursos e valores fundamentais, que são os elementos que melhor expressam a relevância da UC para a conservação. Os subsídios referem-se aos principais atributos tangíveis e intangíveis, histórias, lendas e significados da UC, buscando fomentar múltiplas oportunidades de experienciar e considerar a UC e seus recursos. Eles ajudam a explicar porque a história da UC é relevante para as pessoas, que podem não saber das conexões que possuem com um dado acontecimento, tempo ou local associado com a UC.

Os subsídios para interpretação ambiental para o Parna do Iguaçu (Anexo 2) serão utilizados na construção do plano de interpretação ambiental e melhor trabalhados para construção dos temas interpretativos do Parque. Mais detalhes sobre os subsídios também podem ser encontrados no relatório da Oficina do Plano de Manejo do Parna Iguaçu.

ATOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

Muitas das decisões de gestão de uma unidade de conservação são definidas ou influenciadas por atos legais e administrativos com outros órgãos federais, estaduais e locais, organizações parceiras, concessionárias, prestadores de serviços e outras entidades. Os atos legais são requisitos específicos da UC que devem ser cumpridos. Os atos legais podem ser expressos no diploma legal de criação da unidade de conservação, em legislação distinta após a criação da UC ou em processo judicial. Podem ampliar o propósito da UC ou introduzir elementos não relacionados ao propósito. Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação e convênios, entre outros. Exemplos incluem servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, contratos de concessão etc. Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da UC e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Constituem um componente essencial no manejo e planejamento do Parnado Iguaçu.

A lista dos Atos Legais e Administrativos mais representativos para ao Parna do Iguaçu, vigentes até a publicação desse plano de manejo, encontra-se no Anexo3.

PARTE 3: ZONEAMENTO E NORMAS

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma UC, pois identifica áreas com características naturais similares e finalidades que podem ser ou não complementares. Ao mesmo tempo, o zoneamento estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Obter-se-á, desta forma, maior proteção, pois cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas.

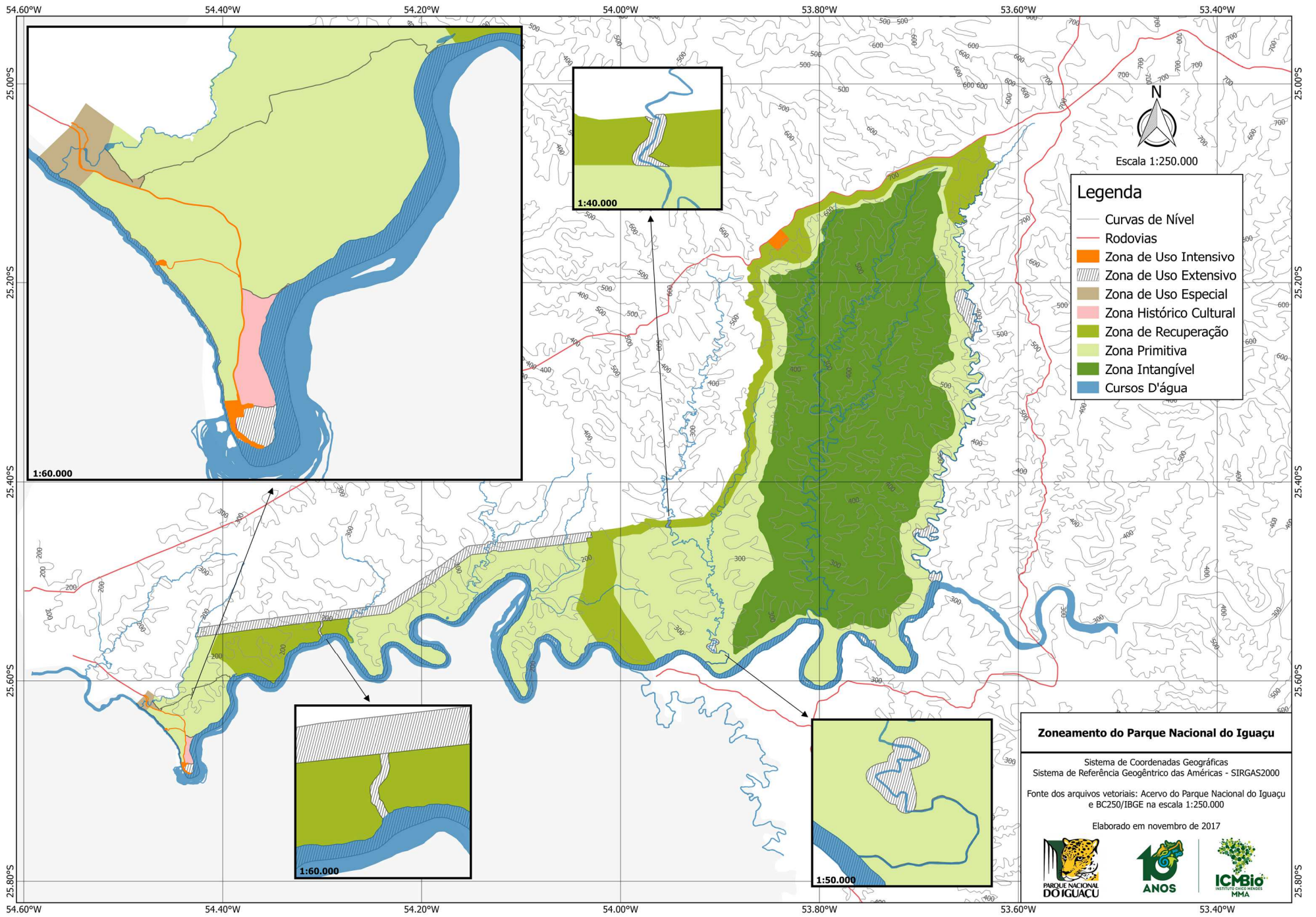
De acordo com a Lei do SNUC (Lei nº 9985/2000), zoneamento é:

“definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Assim, uma zona é uma parte no território que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da UC e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

No processo de revisão do plano de manejo anterior do Parna Iguaçu, o zoneamento da UC definido no plano de manejo de 2002 foi analisado pela equipe do CMBio em relação aos seus limites, objetivos e normas. Com base nessa análise, foram feitos pequenos ajustes, adequação das normas e objetivos de cada zona, além de melhor descrição dos limites. Desta forma, mantiveram-se as sete zonas já existentes para o Parna Iguaçu, conforme descrição a seguir.

ZONEAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU:



ZONEAMENTO	ÁREA DA ZONA (hectares)	PORCENTAGEM DA UC
Zona Intangível	74 296	40
Zona Primitiva	61 214	33
Zona de Uso Extensivo	13 070	7
Zona de Uso Intensivo	298	0,2
Zona Histórico – cultural	202	0,1
Zona de Recuperação	20 564	11
Zona de Uso Especial	254	0,1

Tabela 1: Tamanho das zonas de manejo e porcentagem em relação ao tamanho da UC.

ZONA INTANGÍVEL

É aquela onde a primitividade da natureza permanece o mais preservado possível, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas, onde são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

Descrição da Zona

Esta zona ocupa a bacia do rio Floriano, e parte da bacia do rio Silva Jardim, na porção leste do Parque Nacional, se sobrepondo a áreas dos municípios de Céu Azul e Matelândia. Compreende uma única área contínua de aproximadamente 75 mil hectares, cerca de 40% da área do Parna Iguazu, formada por Floresta Estacional Semidecidual nas porções mais baixas e Floresta Ombrófila Mista nas maiores altitudes e em relevo mais acidentado, na sua porção mais ao norte. Esta zona é completamente envolvida pela Zona Primitiva.

Objetivo Geral

Essa Zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O seu objetivo básico de manejo é a preservação, garantindo a evolução natural.

Objetivos Específicos

- Proteger a maior parte da bacia do rio Floriano e do rio Castro Alves, seu maior afluente, e assegurar a qualidade de suas águas.
- Proteger amostra da Floresta Ombrófila Mista, onde ocorrem manchas da araucária *Araucaria angustifolia*.
- Proteger amostras da Floresta Estacional Semidecidual em contato com a Floresta Ombrófila Mista e as Formações Pioneiras de Influência Fluvial.
- Proteger amostras de ambientes propícios à proteção de espécies ameaçadas, endêmicas ou em risco de extinção.
- Assegurar a proteção integral das áreas úmidas e toda sua fauna e flora associada.

Normas

1. Serão admitidas atividades de pesquisa e monitoramento, desde que contribuam com informações relevantes para o manejo e a gestão da UC e quando não for possível a sua realização em outras zonas.
2. Serão permitidas atividades de controle e erradicação de espécies exóticas/invasoras, desde que precedido de projeto técnico aprovado pela administração do Parna Iguazu.
3. Somente serão admitidas coletas botânicas, zoológicas, geológicas, arqueológicas e pedológicas, quando não forem possíveis em outras zonas, e elas não poderão afetar a estrutura e a dinâmica das populações e comunidades biológicas, bem como a estrutura geomorfológica.

4. As atividades de proteção deverão ocorrer com o menor impacto possível, sendo permitida a utilização de locais específicos para pouso e decolagem de aeronaves para auxílio das atividades essenciais à proteção da UC.
5. Serão permitidos, em caráter eventual, mediante autorização específica da administração do Parna Iguaçu, o pouso e a decolagem de aeronaves nos locais autorizados para apoio às atividades de pesquisa.
6. São vedadas nesta zona todas as formas de visitação.
7. Não são permitidas quaisquer instalações de infraestrutura física e/ou facilidades, com exceção daquelas eventuais que forem estritamente necessárias ao apoio às atividades permitidas e das clareiras para pouso e decolagem pré-definidas pela administração da UC.
8. O uso de veículos motorizados nesta zona é restrito às atividades de proteção, manejo da UC e em situações de emergência.
9. Todo lixo gerado deverá ser transportado para local adequado fora da UC.

ZONA PRIMITIVA

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir características de transição entre a zona Intangível e a zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa e educação ambiental, permitindo-se formas primitivas de recreação.

Descrição da Zona

A zona Primitiva compreende uma área de aproximadamente 62 mil ha, representando 33% da UC e é composta de três porções distintas no Parque.

I- Localizada na porção mais oeste do Parque, vai margeando o rio Iguaçu à jusante das Cataratas, até o limite da zona de Uso Especial. Segue ao norte, compreendendo o rio São João, a partir da zona de Uso Especial, limitando-se com a zona de Uso Extensivo, na Estrada Velha de Guarapuava. Ao leste limita-se com a zona de Recuperação na região da antiga fazenda Salinet. Limita-se ao sul com as zonas de Uso Extensivo no rio Iguaçu e na trilha das Bananeiras. Esta zona é cortada por uma estreita faixa de zona de Uso Intensivo que compreende a área da trilha do Macuco, BR-469 eciclotrilha. Também é cortada por duas pequenas faixas de zona de Uso Extensivo, que compreende a estrada do Poço Preto e da represa.

II- Localizada entre a margem esquerda do rio Índio e a zona de Recuperação na estrada do Colono, margeada por áreas de zona de Uso Extensivo ao sul pelo rio Iguaçu e ao norte pela Estrada Velha de Guarapuava. Compreende os rios Represa Grande e Capaço, composta por formações de Floresta Estacional Semidecidual e pequenas áreas de Formação Pioneira de Influência Fluvial.

III- Localizada na porção centro-leste do Parna Iguaçu, entre os limites da zona de Recuperação da estrada do Colono até o limite leste do Parque, no rio Gonçalves dias. Limita-se ao norte com a zona de Recuperação na margem da rodovia BR-277 e Estrada Velha de Guarapuava, e ao sul com zona de Uso Extensivo do rio Iguaçu. Inclui a cachoeira do rio Azul (coordenadas geográficas 25° 9'19.72"S 53°47'44.48"O.) Excluem-se as áreas de zona de Uso Extensivo da cachoeira do Aído e Lindoeste, corredeiras Paulistas, fazenda Colonial e região das cachoeiras do Silva Jardim. Exclui-se ainda a área da zona intangível, da bacia do rio Floriano.

Objetivo Geral O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e, ao mesmo tempo, facilitar as atividades de pesquisa, educação ambiental e visitação de baixo impacto (rústica e primitiva).

Objetivos Específicos

- Proteger amostras significativas da Floresta Estacional Semidecidual das Formações Pioneiras de Influência Fluvial.
- Assegurar a proteção de lagoas e outras áreas úmidas.
- Assegurar a integridade da zona Intangível.
- Permitir pesquisas, monitoramento ambiental, e atividades de uso público (educação, interpretação e visitação de baixo impacto), todos de baixo impacto ambiental, não sendo admitida a implantação de infraestrutura.
- Servir como banco genético da fauna e da flora.
- Proteger diversas nascentes secundárias do rio Floriano.
- Proteger sítios arqueológicos.

Normas

10. Serão permitidas atividades de pesquisa, monitoramento, educação ambiental e visitação de baixo impacto (formas rústicas ou primitivas).
11. As atividades de proteção deverão ocorrer com o menor impacto possível, sendo permitida a utilização de locais específicos para pouso e decolagem de aeronaves para auxílio das atividades e essenciais à proteção da UC.
12. Serão permitidos, em caráter eventual, mediante autorização específica da administração do Parna Iguaçu, o pouso e a decolagem de aeronaves nos locais autorizados para apoio às atividades de pesquisa.
13. O uso de veículos motorizados nesta zona é restrito às atividades de proteção, manejo da UC e em situações de emergência.
14. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando forem estritamente necessárias às ações de resgate, salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, segurança dos visitantes bem como outras imprescindíveis à proteção e atividades permitidas nessa zona.
15. Será permitida a utilização de acampamentos rústicos, em locais pré-definidos pela administração do Parna Iguaçu.
16. Não é permitido o uso de fogueiras nas atividades de visitação.
17. A interpretação dos atributos desta zona dar-se-á somente por meio de recursos indiretos (impressos ou orais), não sendo permitida a instalação de placas.
18. As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
19. Todo lixo gerado deverá ser transportado para local adequado fora da UC.

ZONA DE USO EXTENSIVO

É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a zona Primitiva e a zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso do visitante e facilidade para fins educativos e para fins recreativos.

Descrição da Zona

A zona de Uso extensivo compreende uma área aproximada de 13 milha, representando 7% da UC e é composta de oito áreas distintas no Parque.

I. Compreende uma faixa de 1 km no limite noroeste do Parna Iguaçu acompanhando a Estrada Velha de Guarapuava, desde a margem esquerda do rio São João até o limite da zona de Recuperação da estrada do Colono. Inclui-se nessa área, faixa de 100m para cada lado da trilha da linha Martins até atingir o rio Iguaçu, em seu limite mais sul.

II. Área de 100m para cada margem do rio Silva Jardim, no trecho em que o rio corta a zona de Recuperação, até encontrar o limite da zona Primitiva.

III. Área localizada na divisa leste do Parna Iguaçu, na margem direita do rio Gonçalves Dias, incluindo as cachoeiras de Lindoeste e do Aído, no município de Lindoeste, com área de 654,76ha.

IV. Área localizada na divisa leste do Parna Iguaçu, na margem direita do rio Gonçalves Dias, incluindo as corredeiras do Paulista, no município de Capitão Leônidas Marques, com área de 240,88 ha.

V. Área Localizada ao sul do Parna Iguaçu, a partir da foz do rio Gonçalves Dias, incluindo pequena porção de terra e a corredeira do Faraday, compreendendo o leito do rio Iguaçu incluso no Parna Iguaçu, passando pelas Cataratas, até formar o limite oeste da UC. Incluem-se as ilhas do Cavalo, Duas Irmãs, Esmeralda, do Cabrito (Côco ou Estreito), do Sol, Veneza, arquipélago das ilhas da Taquara e demais.

VI. Parte baixa do leito do rio Silva Jardim englobando a corredeira de coordenadas aproximadas (25° 34'9.33''S e 53° 54'20.01''O), seguindo a montante pelo rio numa faixa de 200m para ambas as margens até encontrar a cachoeira de coordenadas aproximadas de (25° 33'32.59'' S e 53° 54'3.07'' O), resguardando uma faixa de 200m da mesma.

VII. Área na porção sudeste da península na região das Cataratas, até o limite com as zonas Primitiva e Histórico-cultural, excluindo a zona de Uso Intensivo. Incluem-se a trilha do Hidrômetro, trilha do Hotel e estação de tratamento de esgoto.

VIII. Compreende a trilha da Represa, a trilha das Bananeiras, a trilha do Poço Preto e a trilha das Taquaras, com respectivas áreas das infraestruturas de apoio.

Objetivo Geral

O seu objetivo de manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos.

Objetivos Específicos

- Propiciar atividades de uso público (educação, interpretação e recreação) com menor impacto possível, tanto em quantidade de pessoas, quanto na presença de infraestrutura e outras facilidades.
- Possibilitar ao visitante atividades especialmente relacionadas à fauna, à flora, histórico-culturais e às atividades náuticas.
- Possibilitar aos municípios limítrofes a integração ao Parque, por meio do desenvolvimento de atividades de uso público de baixo impacto.
- Subsidiar o monitoramento ambiental nas áreas limítrofes entre o Parque e municípios vizinhos.

Normas

20. As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e educação ambiental.
21. A construção e a instalação de infraestrutura simples e outras facilidades são permitidas para as atividades de proteção, pesquisa, educação e visitação, devendo estar em harmonia com a paisagem e, no caso de visitação, aprovado por projeto específico.
22. A sinalização admitida é aquela considerada indispensável à proteção dos recursos, à segurança do visitante e à interpretação dos seus recursos naturais e histórico-culturais.
23. O uso de veículos motorizados é permitido para as atividades de proteção e pesquisa, bem como nas áreas indicadas à visitação, conforme definido em projeto específico.
24. Todo lixo gerado deverá ser transportado para local adequado fora da UC.
25. O uso de fogueira para visitação será permitido em locais pré-determinados conforme projetos específicos.

26. Em caráter excepcional e justificado poderá ser permitido nessa zona, na região das cataratas, contemplar infraestrutura necessária para atender o reordenamento do sistema de transporte de visitantes, mediante apresentação de projeto específico aprovado pelo órgão gestor.

ZONA DE USO INTENSIVO

É aquela constituída por áreas naturais ou por alterações antrópicas. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter: centro de visitantes, museus e outras facilidades e serviços, indispensáveis à gestão da Unidade e às demais atividades permitidas nesta Zona.

Descrição da Zona

A zona de Uso Intensivo compreende uma área de aproximadamente 298 ha, representando 0,2% e é composta de duas áreas distintas no Parque.

I. Área da BR-469, com sua faixa de domínio, a partir do portão do Parque, seguindo sentido sul, cortando a zona de Uso Especial e Primitiva, até a região do Hotel das Cataratas, Cânion Iguaçu, Vila Sataka, Porto Canoas e Heliponto (coordenada aproximada 25° 41'34.03" S e 54° 25'57.52" O). Inclui ainda a Trilhado Macuco, toda a área de visitação das Cataratas e a ciclotrilha.

II. Área na porção norte da UC, com área de aproximadamente 244 ha ao redor do PIC de Céu Azul.

Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente.

Objetivos Específicos

- Diversificar e ofertar atividades de uso público a um público amplo, em áreas específicas e de fácil acesso.
- Promover a educação e a interpretação ambiental com diferentes instrumentos buscando formar, informar e sensibilizar quanto às questões relacionadas ao Parque.

Normas

27. Não serão permitidas atividades e instalações em conflito com os objetivos do Parque.
28. As construções deverão estar em harmonia e integradas à paisagem.
29. A sinalização admitida é aquela indispensável à proteção dos recursos, à segurança do visitante, dos pesquisadores e dos funcionários, bem como à interpretação dos recursos naturais e histórico-culturais.
30. Todo lixo gerado deverá ser depositado em locais específicos e, posteriormente, ser transportado para local adequado fora da UC.

ZONA HISTÓRICO-CULTURAL

É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e/ou paleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, à educação e ao uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios histórico-culturais, arqueológicos e/ou paleontológicos, em harmonia com o meio ambiente.

Descrição da Zona

Área única, com tamanho aproximado de 200 ha, representando 0,1% da UC, fazendo limites a oeste com a rodovia BR-469, a sul com a zona de Uso extensivo das Cataratas, a leste com o rio Iguaçu e ao norte com trilha das Bananeiras. Inclui-se nesta Zona o sítio arqueológico indígena.

Objetivo Geral

O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios histórico-culturais, arqueológicos e/ou paleontológicos, em harmonia com o meio ambiente, contribuindo para a manutenção das manifestações históricas e culturais.

Objetivos Específicos

- Possibilitar a realização de pesquisas arqueológicas.
- Proporcionar aos visitantes o acesso e a vivência dos valores arqueológicos
- Identificar áreas específicas para as atividades de visitação, de modo a assegurar a proteção dos demais sítios arqueológicos incorporados em outras zonas.

Normas

31. As atividades permitidas são a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação, interpretação e educação ambiental.
32. É proibida a retirada, a alteração ou a interferência sobre qualquer atributo histórico-cultural, arqueológico e paleontológico, salvo em casos estritamente necessários para garantir a conservação do atributo, ou quando de interesse da administração da UC para compor um acervo com vistas a facilitar a exposição e a interpretação dos atributos.
33. Quaisquer infraestruturas instaladas nesta Zona, quando permitidas, não poderão comprometer os atributos ambientais ou histórico-culturais.
34. Todo lixo gerado por ocasião das atividades permitidas deverá ser transportado para local adequado fora da UC.

ZONA DE RECUPERAÇÃO

É aquela que contém áreas consideravelmente antropizadas. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente induzida. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área. Esta zona permite uso público de baixo impacto, desde que não comprometa a recuperação dos ambientes

Descrição da Zona

A zona de Recuperação compreende uma aproximada área de 21 mil ha, representando 11% da UC e é composta de duas áreas distintas no Parque.

I. Região da antiga fazenda Salinet e antigas vilas, localizada na região oeste do Parque entre as Áreas I e II da zona Primitiva, e limitada a sul e norte pela zona de Uso Extensivo localizadas no rio Iguaçu e Estrada Velha de Guarapuava, respectivamente. Exclui-se a faixa de zona de Uso Extensivo da Linha Martins.

II. Área central e norte do Parque compreendendo o leito e margens da antiga estrada do Colono, numa faixa de 2km para cada lado, entre as áreas II e III da zona Primitiva, limitando-se ao sul com o rio Iguaçu e ao norte com o limite da UC. Na porção nortese segue por uma faixa de 1 km do limite da UC até o extremo norte do Parque, incluindo a região do Túmulo do Polonês, entorno da área da Zona Intensiva correspondente ao PIC CéuAzul até região que coincide com o limite sul do município de Santa Tereza.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos para possibilitar a restauração da área.

Objetivos Específicos

- Permitir a recuperação natural ou induzida de áreas que sofreram algum tipo de alteração.
- Deter a degradação dos elementos naturais.
- Proporcionar oportunidades de realização de pesquisas, inclusive comparativas, e monitoramento.

Normas

35. As atividades permitidas são , a pesquisa, o monitoramento ambiental e, eventualmente, a visitação de baixo impacto, desde que não comprometa a recuperação dos ambientes.
36. As pesquisas e o monitoramento dos processos de regeneração serão incentivados, principalmente com relação às exóticas e invasoras.
37. Será permitida a abertura de trilhas, se necessário para a condução das pesquisas, ações de monitoramento, proteção e visitação de baixo impacto, conforme prevista em projeto específico.
38. As espécies exóticas e invasoras deverão ser controladas e erradicadas, quando possível e a recuperação poderá ser natural ou induzida, mediante projeto específico autorizado pela administração da UC.
39. Não será permitido o uso de espécies exóticas nos processos de recuperação, exceto nos casos de uso de espécies de estágios iniciais de sucessão, mediante projeto específico autorizado pela administração da UC.
40. A utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) dependerá de autorização de projeto específico.
41. As atividades de proteção deverão ocorrer com o menor impacto possível, sendo permitida a utilização de locais específicos para pouso e decolagem de aeronaves para auxílio das atividades e essenciais à proteção da UC.
42. Serão permitidos, em caráter eventual, mediante autorização específica da administração do Parna Iguaçu, o pouso e a decolagem de aeronaves nos locais autorizados para apoio às atividades de pesquisa.
43. Poderão ser instaladas nesta zona apenas as edificações indispensáveis às atividades de proteção, pesquisa e aos trabalhos de recuperação.
44. Todo lixo gerado por ocasião das atividades permitidas deverá ser transportado para local adequado fora da UC.

ZONA DE USO ESPECIAL

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços da UC, abrangendo habitações, oficinas, depósitos, aceiros, estradas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflituarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da UC. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas e/ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do PN.

Descrição da Zona

Compreende área aproximada de 300 ha, representando 0,1% da UC, localizada na porção noroeste da UC, próxima à entrada do Parque no município de Foz do Iguaçu, se limitando ao sul com a zona Primitiva, a oeste com o rio Iguaçu e a norte e leste pelos limites oficiais do Parque. Esta Zona é cortada pela zona de Uso Intensivo, compreendida pela BR-469 e inclui as infraestruturas funcionais e administrativas da UC.

Objetivo Geral

O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas e/ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da UC.

Objetivos Específicos

- Apoiar todas as atividades de gestão do Parque, incluindo área destinada às residências funcionais.

Normas

45. A visibilidade das residências funcionais deverá ser reduzida ao máximo nas áreas onde há passagem de visitantes.
46. Não poderão ser construídas novas residências nessa Zona.
47. Ampliações na estrutura das residências funcionais e destinação do uso deverão obedecer as normativas específicas do órgão gestor, e devidamente autorizadas pela administração do parque.
48. Não serão feitos ajardinamentos com uso de plantas ornamentais exóticas invasoras e as já existentes deverão ser erradicadas ou controladas.
49. É permitida a instalação de hortas, desde que isoladas em recipientes específicos, tais como vasos e similares.
50. É proibido o uso de agrotóxicos nos tratamentos paisagísticos nas residências e nos imóveis administrativos.
51. Normas específicas para uso das residências funcionais serão definidas em regulamento específico.
52. Todo lixo gerado por ocasião das atividades permitidas deverá ser depositado em locais específicos e, posteriormente, ser transportado para local adequado fora da UC.
53. A visitação poderá ser permitida em conformidade com o previsto no plano de uso público ou outros instrumentos específicos.

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA ATUAÇÃO NO ENTORNO

A zona de Amortecimento (ZA) de uma UC é uma área no seu entorno, onde as atividades humanas estão sujeitas a regras e restrições específicas, a fim de minimizar os impactos negativos sobre os recursos da unidade (Lei Nº 9985/2000, Art. 2, inciso XVIII).

Entretanto, desde 2006 o ICMBio está impossibilitado de instituir e normatizar novas zonas de amortecimento das unidades de conservação federais, conforme determina a Nota AGU/MC nº 07/2006 que proíbe a criação de zona de amortecimento por ato infralegal, como as portarias. Desde então, o ICMBio passou a elaborar apenas propostas de zonas de amortecimento e normas em seus novos planos de manejo, no intuito de facilitar sua instituição, caso a decisão fosse revisada.

Para avaliação e debate de maneira mais ampla com a sociedade sobre os limites da Zona de Amortecimento a ser futuramente estabelecida para Parna Iguaçu, caso haja mecanismos legais para tal, serão indicados neste planejamento, com base nos critérios apresentados no roteiro metodológico de planejamento (IBAMA, 2002), as áreas prioritárias para atuação do ICMBio no entorno do Parque, bem como, indicações de ações e planos específicos que visem minimizar os impactos das atividades externas no interior na UC.

As áreas prioritárias para atuação do ICMBio, de forma geral, identificadas na oficina do plano de manejo são as citadas abaixo:

- Bacias dos rios que adentram ao Parna Iguaçu.
- Remanescentes florestais de algumas propriedades no entorno.
- Corredor de Biodiversidade Santa Maria.
- APP do rio Iguaçu, incluindo APP do reservatório da UHE Baixo Iguaçu.
- Áreas de risco de contaminação do rio Floriano no município de Céu Azul.
- Área de risco de contaminação urbana e assoreamento no limite do Parna Iguaçu com o município de Santa Tereza.
- Entorno da rodovia BR-277 (com exclusão das áreas urbanas), num raio mínimo de 500 m.

- Região da bacia do rio Iguaçu, à jusante das Cataratas, até a região do Remanso Grande e limite do PN Iguazú.
- Fragmentos florestais definidos com base em estudos de ecologia da paisagem (considerando tamanho e distância em relação ao Parna Iguaçu).

Obs.: todas as áreas identificadas devem levar em consideração os planos diretores municipais e exclusão de áreas urbanas.

Com base nessas áreas, foram recomendadas as seguintes ações:

- Projetos e ações de proteção integradas com a Argentina para os dois Parques.
- Definição da Zona de Amortecimento e tê-la como indutora de linhas de incentivo a práticas de conservação e desenvolvimento sustentável.
- Interlocução com municípios e empreendedores para melhor destinação dos efluentes e diminuição do potencial de contaminação e direcionamento à ocupação.
- Apresentação para os municípios e produtores sobre as áreas prioritárias no entorno para articular/minimizar possíveis impactos ao Parque e para que os mesmos conheçam as áreas mais frágeis e àquelas com possibilidade de se tornarem corredores para biodiversidade.
- Revitalização do Corredor de Biodiversidade de Santa Maria.
- Articulação com proprietários sobre possível conexão entre fragmentos florestais e o Parna Iguaçu
- Estímulo à criação de UC municipais para aumento da conectividade florestal, visando proporcionar maior arrecadação municipal com ICMS ecológico.
- Análise dos planos diretores dos municípios para embasar as ações do Parque com o entorno.

Quando for possível a definição da zona de amortecimento para o Parna Iguaçu, o resultado das áreas prioritárias para ações no entorno será utilizado como subsídio para as discussões sobre os limites e normas da ZA.

NORMAS GERAIS PARA O PARNA IGUAÇU

1) É proibido entrar no Parna Iguaçu portando instrumentos próprios para caça, pesca, exploração de produtos ou subprodutos florestais, tintas spray e similares e outros produtos incompatíveis com as condutas em UCs ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna. Excetuam-se as atividades inerentes à gestão e à manutenção da infraestrutura do Parna Iguaçu, uso domiciliar nas residências funcionais e nos casos autorizados pela administração da UC.

2) As atividades de proteção são permitidas em todas as zonas de manejo do Parna Iguaçu.

3) São proibidos o ingresso e a permanência no Parna Iguaçu de pessoas acompanhadas de animais domésticos, silvestres ou exóticos, exceto os casos de necessidade de cão-guia acompanhado por deficientes visuais e outros casos para necessidades especiais.

4) Não serão permitidas a criação e a permanência de animais domésticos nas moradias, estruturas funcionais e em outras edificações e instalações do Parna Iguaçu, exceto aqueles necessários ao manejo, à pesquisa e à proteção do Parna Iguaçu.

5) É vedado o fornecimento de alimento aos animais silvestres dentro do Parna Iguaçu.

- 6) A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos, de acordo com projeto devidamente aprovado, mediante aviação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
- 7) A manutenção de animais silvestres nativos em cativeiro no interior do Parna Iguaçu somente é permitida quando estes forem objeto de programa de reintrodução na UC.
- 8) A soltura de espécimes de fauna autóctones será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da UC ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.
- 9) A reintrodução de espécies ou indivíduos, para enriquecimento populacional, da fauna ou flora nativa somente será permitida quando orientada por projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme legislação vigente.
- 10) Não é permitida a introdução de espécies exóticas ao Parna Iguaçu, animais e vegetais. Com exceção para as áreas já previstas em contratos de concessão, e dos casos previstos na zona de uso especial.
- 11) Os arranjos paisagísticos das instalações administrativas e de uso público do Parna Iguaçu deverão privilegiar espécies locais, quando possível.
- 12) A erradicação de espécies exóticas e invasoras de fauna, inclusive asselvajadas, e flora no Parna Iguaçu, com uso ou não de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos ou biocidas), deverá ser realizada mediante projeto autorizado pelo órgão gestor. Em casos excepcionais e de urgência, o controle poderá ser imediato.
- 13) É permitida a poda de árvores nos limites e interior do Parna Iguaçu, com autorização prévia da administração da UC, seguindo procedimento estabelecido.
- 14) É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou para realocação com finalidade de melhor conservação do patrimônio, com autorização prévia da administração.
- 15) Todo e qualquer material utilizado para pesquisas e estudos dentro do Parna Iguaçu deverá ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto aqueles de interesse da UC.
- 16) Deverão ser entregues à administração do Parna Iguaçu, para arquivamento em seu acervo, quando do interesse da UC, os materiais técnicos, científicos, jornalísticos, culturais, fotográficos e cinematográficos, entre outros produzidos.
- 17) Os recursos hídricos, subterrâneos ou superficiais, do Parna Iguaçu não podem ser explorados, ou alterados com exceção daqueles de interesse para a gestão da UC. As estruturas já existentes deverão ser avaliadas através de estudos técnicos para definir sua desmobilização ou não.
- 18) Todas as instalações deverão ter seus efluentes tratados e os resíduos sólidos acondicionados e destinados adequadamente. O modelo de saneamento deverá considerar a necessidade de eliminação das fossas, sem maiores prejuízos para o meio ambiente e a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental.
- 19) É proibido o abandono de resíduos sólidos e quaisquer outros materiais dentro da UC.
- 20) É proibida a manobra de aeronaves e máquinas, ou mesmo parte delas, no interior do Parna Iguaçu quando envolvidas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) no entorno da UC.

- 21) É permitido o armazenamento de combustíveis e a realização de abastecimento, de acordo com a legislação vigente e mediante autorização da administração do Parna Iguaçu.
- 22) É proibida a instalação de qualquer infraestrutura que não atenda aos objetivos do Parna Iguaçu.
- 23) Todas as obras de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão do Parna Iguaçu devem preservar a harmonia com a paisagem e adotar alternativas de mínimo impacto ambiental durante a construção, bem como na sua utilização posterior.
- 24) Não são permitidas a instalação de torres de comunicação, radiocomunicação e transmissão de dados, no interior do Parna Iguaçu, com exceção daquelas necessárias à gestão da unidade e segurança de visitação, às quais não poderão ser utilizadas para outros fins.
- 25) Não é permitida a utilização de aparelhos sonoros coletivos, som automotivo e de instrumentos musicais na área do Parna Iguaçu, excetuando-se os casos autorizados pela administração e o uso pelos moradores restrito à área de suas moradias.
- 26) O uso de aparelhos sonoros de longo alcance somente poderá ser permitido em situações específicas, com autorização da administração, que deverá considerar os impactos ambientais e sobre a visitação, sendo vedada a passagem e/ou a permanência de carros de som no interior do Parna Iguaçu.
- 27) Eventos religiosos poderão ser permitidos desde que não causem impactos sobre a fauna e a flora e a experiência da visitação, sendo proibida a deposição de resíduos de qualquer natureza no ambiente.
- 28) É proibida qualquer manifestação ou vinculação de propaganda político-partidária dentro do Parna Iguaçu.
- 29) Eventos diversos (shows, festas, exposições, feiras, etc.) poderão ocorrer quando tiverem relação com os objetivos do Parna Iguaçu, bem como não oferecerem impactos ambientais e à experiência de visitação, sendo necessária autorização prévia da administração da UC.
- 30) Serão permitidos eventos esportivos e desportivos somente com equipamentos não motorizados, tais como corridas de aventura, torneios de esporte de natureza, entre outros, respeitando-se o zoneamento e as normas do Parna Iguaçu, as condições do ambiente e de acordo com autorização da administração da UC.
- 31) Qualquer infraestrutura montada para atender aos eventos autorizados deverão ser retirados ao final das atividades. A menos que sua permanência seja de interesse do Parna Iguaçu e devidamente autorizada.
- 32) É proibida a instalação de placas ou quaisquer formas de comunicação visual ou de publicidade e propaganda que não tenham relação direta com as atividades de gestão ou com os objetivos do Parna Iguaçu.
- 33) É permitido aparecer o crédito a parceiros das iniciativas do Parna Iguaçu na sua sinalização e em eventos, desde que atenda as orientações institucionais.
- 34) Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela administração do Parna Iguaçu, os quais deverão ser amplamente divulgados.
- 35) Nos casos de fechamento eventual, total ou parcial, do Parna Iguaçu ao público externo ou alterações significativas nos horários, serão justificadas e haverá ampla divulgação e comunicação à sociedade.

- 36) O pouso e a decolagem no interior do Parna Iguaçu para voos panorâmicos dependerá da análise de impacto sobre a fauna e a visitação.
- 37) Serão permitidos o pouso e a decolagem no interior do Parna Iguaçu, nos casos de atividades de proteção, pesquisa e monitoramento, bem como em situações de emergência, salvamentos, resgate e situações imprevistas.
- 38) Sobrevoos com equipamentos não tripulados (vant/drone) dependerão de autorização da administração do Parna Iguaçu.
- 39) É permitido o acesso de veículos de diferentes categorias, motorizadas ou não, para transporte de visitantes e atendimento de serviços do Parna Iguaçu, observado o zoneamento e definido por instrumento específico.
- 40) Em caráter transitório, até a elaboração de instrumento específico que discipline o acesso de veículos no interior do Parna Iguaçu, ficam convalidados os procedimentos atuais adotados pela administração da UC, anteriores à publicação deste plano de manejo.
- 41) A mobilidade no interior do Parna Iguaçu será disciplinado por instrumento específico que deverá levar em consideração as diferentes finalidades de trânsito e alternativas de transporte, além de estratégias para implantação de práticas sustentáveis, de acordo com as melhores tecnologias viáveis disponíveis.
- 42) É proibido o acesso de visitantes e hóspedes do Hotel das Cataratas com veículos motorizados particulares.
- 43) A velocidade máxima nas vias internas do Parna Iguaçu será de 50 Km/h, com exceção de casos de transporte de urgência e emergência. Outras restrições de velocidade poderão ser definidas pela administração do Parna Iguaçu.
- 44) Fica garantida, em toda a área do Parna Iguaçu, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 4.411/2002: a) a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações e atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional; b) a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e aquática bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestruturas e logísticas necessárias; c) a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.
- 45) O treinamento militar será permitido, mediante solicitação prévia e autorização da chefia do Parna Iguaçu, desde que respeitadas às normas pertinentes.
- 46) Poderão ser propostas delegações de serviço e outras formas de cooperação ou parcerias de apoio à visitação de acordo com a legislação vigente, diretrizes institucionais, ou conforme disposto no plano de uso público ou outros instrumentos específicos.
- 47) Nas áreas com significativa frequência de visitantes estrangeiros, a sinalização sobre normas gerais de visitação e de conduta de segurança deverão constar no mínimo em Português, Inglês e Espanhol.
- 48) A atuação de guias e condutores de visitante no interior do Parna Iguaçu deverá seguir a legislação federal vigente e outras normas do órgão gestor.
- 49) Dependendo da natureza da atividade a ser desenvolvida, será exigida do visitante a assinatura de um termo de responsabilidade e de riscos sobre os procedimentos e condutas durante sua visita à área, devendo este reconhecer os riscos inerentes que a atividade apresenta.

50) É permitido o banho nos rios em locais pré-determinados, conforme previsto no plano de uso público ou outros instrumentos específicos, considerando inclusive critérios de balneabilidade e segurança.

51) A implementação das atividades de uso público dependerá da aprovação de projetos específicos, de acordo com o zoneamento.

52) As normas de uso das trilhas de visitação serão definidas no plano de uso público ou outros instrumentos específicos, respeitando as normas gerais e o zoneamento deste plano de manejo.

53) Poderão ser implantados acampamentos no Parna Iguaçu, conforme previsto no plano de uso público ou instrumentos específicos, respeitadas as normas e o zoneamento.

54) O pernoite e a utilização de fogo poderão ser permitidos no Parna Iguaçu, em locais pré-definidos no plano de uso público ou instrumentos específicos.

55) O uso de fogueiras para visitação não será permitido na zona primitiva.

56) O uso de fogueiras é permitido em todas as zonas de manejo para atividades de proteção, pesquisa e manejo da UC.

57) O comércio e consumo de alimentos e bebidas serão permitidos nas áreas de visitação no Parna Iguaçu, em locais pré-definidos, conforme plano de uso público ou outros instrumentos específicos.

58) As normas deste plano de manejo que, eventualmente, conflitem com cláusulas dos contratos de serviços para o Parna Iguaçu estabelecidos antes da publicação deste plano de manejo, não se aplicam aos mesmos, mas deverão ser observadas em todos os contratos a serem estabelecidos posteriormente.

Anexos

ANEXO 1 – Decretos de Criação do Parque Nacional do Iguazu

DECRETO-LEI Nº 1.035, DE 10 DE JANEIRO DE 1939

Cria o Parque Nacional do Iguassú e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição; e,

CONSIDERANDO que o artigo, 134 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 5º letra b, 9º e seus parágrafos, 10 e 56 do Código Florestal, aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto n. de o Estado do Paraná faz doação ao Governo Federal das terras necessárias para a instalação de um Parque Nacional;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, junto às Cataratas de Iguassú, o Parque Nacional do Iguassú, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2º A área do Parque será fixada depois do indispensável reconhecimento e estudo da região.

Art. 3º As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais, na área a ser demarcada, ficam sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

Art. 4º A administração do Parque e os demais trabalhos a ele afetos serão exercidos por funcionários do Quadro único do Ministério da Agricultura e por pessoal extranumerário admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 5º O Presidente da República baixará Regulamento para o Parque Nacional do Iguassú, no qual serão reguladas a entrada e permanência de excursionistas e estabelecidas taxas módicas de acesso o permanência.

Art. 6º A renda arrecadada pela administração do Parque serra recolhida aos cofres públicos, na forma da legislação em vigor.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETÚLIO VARGAS
Fernando Costa

DECRETO-LEI Nº 6.587, DE 10 DE JUNHO DE 1944

**Incorpora ao Parque
Nacional do Iguassu
áreas que menciona.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A área pertencente ao patrimônio da União, em virtude do art. 1º, c, do Decreto-lei nº 2.073, de 8 de março de 1940, limitada ao norte pela estrada de rodagem Iguassu-Cascavel, a leste pelo rio Gonçalves Dias, ao sul pelo rio Iguassu e a oeste pelo Parque Nacional de Iguassu, fica incorporada ao dito Parque e sob administração comum. O Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura, baixará as instruções que se tornarem necessárias ao cumprimento desta lei, bem como à proteção da fauna, da flora e das belezas naturais existentes na área referida.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 1944, 123º da Independência e 56º da República.

GETULIO VARGAS.

João Mauricio de Medeiros.

DECRETO Nº 86.676, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1981

Fixa novos limites do
Parque Nacional do
Iguaçu no Estado do
Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 2º, do Decreto-lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939,

DECRETA: **Art. 1º.** O Parque Nacional do Iguaçu, acrescido da área que lhe foi incorporada pelo Decreto-lei nº 6.587, de 14 de junho de 1944, passa a ter os seguintes limites: Inicia no ponto com coordenadas UTM:X=149,92 Km e Y=7.161,50 Km, situado na margem direita do rio Iguaçu, (ponto 1); segue na direção geral nordeste, por cerca de 1.106 metros de extensão, até a entrada principal do Parque, localizada na estrada que liga a cidade de Foz do Iguaçu às Cataratas do Iguaçu, (ponto 2); continua, na direção geral nordeste, por uma estrada secundária e percorrendo uma distância de 993 metros, até o ponto com coordenadas UTM:X=151,17 Km e Y=7.163,18 Km, (ponto 3); inlete, para direção geral sudeste, e segue por uma cerca com 1.747 metros de extensão, até o ponto com coordenadas UTM:X=152,63 Km e Y=7.162,22 Km, situado na margem direita do Rio São João, (ponto 4); sobe este rio, pela sua margem direita, até o ponto com coordenadas UTM:X=155,91 Km e Y=7.170,07 Km, (ponto 5); acompanhando a cerca, que margeia a antiga estrada Foz do Iguaçu-Cascavel, no sentido de Cascavel, segue até o ponto com coordenadas UTM:X=210,61 Km e Y=7.211,68, (ponto 6); continua, por esta cerca, que agora margeia a estrada BR-277, no sentido de Cascavel, até o ponto com coordenadas UTM:X=234,62 Km e Y=7.226,65, Km, onde se situa a cabeceira do arroio Jumelo, (ponto 7); desce, pela margem esquerda do arroio Jumelo, até o ponto com coordenadas UTM:X=235,46 Km e Y=7.223,63 Km localizado na confluência deste arroio com o rio Gonçalves Dias, (ponto 8); cruza, transversalmente, este rio e desce, pela margem esquerda, até o ponto com coordenadas UTM:X=230,72 Km e Y=7.176,93 Km, localizado na confluência do rio Gonçalves Dias com o rio Iguaçu, (ponto 9); cruza o rio Iguaçu, por uma linha reta no sentido sul, até o ponto de sua margem esquerda com coordenadas UTM:X=230,72 Km e Y=7.176,19 Km, (ponto 10); desce, pela margem esquerda deste rio, até o ponto de coordenadas UTM:X=199,72 Km e Y=7.166,56 Km, localizado na confluência do rio Iguaçu com o rio Santo Antônio, (ponto 11); desse ponto cruza, transversalmente, o rio Iguaçu até seu talvegue, que é a linha de fronteira com a Argentina, e desce por este até o ponto de coordenadas UTM:X=149,86 Km e Y=7.161,45 Km, localizado neste talvegue, (ponto 12); segue por uma linha seca, na direção geral nordeste, até o (ponto 1) dessa descrição, fechando o perímetro e perfazendo uma superfície de 185,262,5 ha.

Art. 2º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 01 de dezembro de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Angelo Amaury Stabile

ANEXO2–Lista de Subsídios para Interpretação Ambiental

RVFs: Experiência de conexão com a Natureza e Cataratas do Iguaçu

- 1 – Formação da Cataratas – história natural e lenda
- 2 – Hidrografia – vazão e dinâmica hídrica / o valor da água no mundo
- 3 – Andorinhões – ecologia da espécie – fauna (urubu, andorinhão, quati)
- 4 – Quati – Ecologia e relação homem e fauna silvestre
- 5 – História da criação do parque – a partir dos principais personagens (Cabeza de Vaca, André Rebouças e Santos Dumont)
- 6 – História de ocupação da região
- 7 – Cultura da visitação ao ar livre – valorizar as experiências de visitação em áreas protegidas (visibilidade do SNUC)
- 8 – Valor estético
- 9 – Riqueza do Parna Iguaçu para avistamento de aves
- 10 – Projeção internacional do cenário das Cataratas

RVF: Onça-pintada

- 1- Cadeia trófica (topo de cadeia) -> Características e curiosidades da espécie.
- 2- Símbolo do Parque
- 3- Animal carismático
- 4- Espécie guarda-chuva
- 5- Corredor verde (importância viabilidade populacional)
- 6- Pressão antrópica (caça retaliação, de presas, perda de hábitat)
- 7- Relação Fauna x Homem (desmistificar onça como ameaça)
- 8- Histórico projeto carnívoros

RVF: Espécies-chave para ações de conservação

- 1- Palmito-juçara , peroba, erva-mate, perobais, palmitais
- 2- Araucária
- 3- Cracídeos e tinamídeos
- 4- Surubim
- 5- Mamíferos cinegéticos
- 6- Quatis (relação fauna x homem)
- 7- Espécies exóticas e invasoras
- 8- processos ecológicos
- 9- Abordar o valor intrínseco das espécies (tirar o foco do uso ou conflito)
- 10 - Dispersão de sementes, Cadeia Trófica, Indicadores de qualidade ambiental
- 11- Pressão antrópica (caça, pesca, extração)
- 12- Espécies endêmicas/ameaçadas

RVFs: Malha Hídrica e Maciço Florestal

- 1- Diferentes fitofisionomias e espécies indicadoras.
- 2- Bacia hidrográfica – Bacia hidrográfica do rio Floriano e outros cursos
- 3- Alta qualidade e Relevância ecológica
(Exemplo – A bacia do Floriano, é um grande exemplo de área intacta do coração do Parna Iguaçu, com nascentes que surgem em meio a uma preservada floresta, garantindo água de qualidade.)
- 4- Sucessão ecológica – áreas de antiga plantação de café e pastagem onde a flora regenerou (estrada

para as Cataratas – BR-469)

5- conexão de áreas florestais preservadas

6- o Parna Iguazu é um importante remanescente florestal de Mata Atlântica conectada a outras áreas relevantes como o Parque Nacional Iguazu - Argentina.

7- Cuidado com a água (tratamento efluentes, rios que entram no Parque)

8- Espécies raras e ameaçadas

9- Preservação

10 - O maciço florestal abriga espécies raras como: jacarandá, peroba, canela, juçara.

(Exemplo – A biodiversidade existente no maciço florestal além de representar inúmeras espécies atualmente em risco de extinção condiciona um verdadeiro laboratório que permite a interpretação, educação e pesquisa.)

RVF: Patrimônio Histórico-Cultural

1- Linha do tempo

2- Ocupações: etnias, colonizadores europeus, vilas

3- Lenda das Cataratas

4- Memória das Cataratas (pioneiros)

5- UHE São João - ser a primeira UHE da região, abastecia Foz do Iguazu... – Falar de formas de energia

6- Trilha da Represa (Transformação da paisagem)

7- Estruturas: prédios, estradas, represa, ruínas antigas vilas, hotel das Cataratas

8- Árvores como “contadoras” de histórias, como testemunhos.

RVF: Espaço para geração de conhecimento

1- Como funciona (fluxo, processos), apoio, parceiros

2- Número de pesquisas realizadas - estatísticas e resultados

3- Importância da pesquisa para gestão da UC

4- Linhas prioritárias.

5- Ciência e Parna Iguazu – Parque laboratório vivo

RVF: Referência em Educação Ambiental

1- Escola Parque: história, prédio

2- Gestão participativa

3- Atividades realizadas

4- Princípios e diretrizes

ANEXO3 - Atos legais e administrativos

Atos legais existentes para o Parna Iguaçu

- ✓ **Lei nº 11.054, de 11 de Janeiro de 1995**
Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado do Paraná
- ✓ **Lei nº 11 428 de 22 de dezembro de 2006**
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica
- ✓ **Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991**
Dispõe sobre a repartição do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental no Estado do Paraná.
- ✓ **Decreto-Lei Nº 1.035, de 10 de Janeiro de 1939**
Cria o Parque Nacional do Iguaçu e dá outras providências.
- ✓ **Decreto-Lei Nº 6.587, de 10 de Junho de 1944**
Incorpora ao Parque Nacional do Iguaçu áreas que menciona.
- ✓ **Decreto-Lei Nº 1.135, de 03 de Dezembro de 1970**
Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
- ✓ **Decreto nº 86.676 de 01 de dezembro de 1981**
Define os limites atuais do Parque Nacional do Iguaçu
- ✓ **Decreto Nº 5.950, de 31 de Outubro de 2016**
Regulamenta o art. 57-A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para estabelecer os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação.
- ✓ **Resolução CONAMA 428**
Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
- ✓ **Portaria nº 137/01 de 09 de outubro de 2001**
Declara a área composta pela bacia do rio Apepu, a Reserva Particular de Patrimônio Natural Estadual da Fazenda Santa Maria, a bacia do rio Bonito e sua conexão com as áreas protegidas do lago de Itaipu como Corredor Ecológico de Santa Maria.
- ✓ **Portaria IBAMA nº 68, de 26 de abril de 2002**
Publicação do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu
- ✓ **Portaria Nº 97, de 27 de Agosto de 2010**
Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Cervídeos Brasileiros, com ênfase nas espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo, metas, prazo, abrangência e formas de implementação e supervisão.

- ✓ **Portaria ICMBio nº 115 de 19 de Novembro de 2010**
Aprova a monitoria do Programa de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.
- ✓ **Portaria ICMBio N°91, De 16 de Agosto de 2012**
Ordenamento do uso público de parte do território do Parque Nacional do Iguaçu
- ✓ **Portaria N° 32, de 27 de Março de 2014**
Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Felinos – PAN Pequenos Felinos, contemplando quatro espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.
- ✓ **Portaria N° 63, de 09 de Junho de 2014**
Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação da Onça-pintada - PAN Onça-pintada, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.
- ✓ **Portaria N° 76, de 27 de Junho de 2014**
Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação da Onça-parda - PAN Onça-parda, contemplando uma espécie ameaçada de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.
- ✓ **Portaria nº 129, de 04 de Dezembro de 2014**
Altera Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu.
- ✓ **Portaria N° 34, de 24 de Janeiro de 2017**
Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das aves da Mata Atlântica - PAN Aves da Mata Atlântica, contemplando 107 táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.
- ✓ **Instrução Normativa nº 02 de 03 de maio de 2016**
Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais.
- ✓ **Ordem de serviço N° 04, DE 03 de dezembro de 2015**
Aprova o Regulamento que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados na “Bilheteria Especial” do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu.
- ✓ **Termo de Acordo Firmado em Juízo em 31 de agosto de 2012**
Estabelece prazo para revisão do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu e outras providências quanto à entrada de veículos.
- ✓ **Carta de Intenções entre Administración de Parques Nacionales e Parque Nacional Iguazu, da Argentina, e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Parque Nacional Iguaçu, do Brasil, de 06 e 07 de junho de 2016**
Formaliza a interação entre as duas instituições nacionais e as duas áreas protegidas com fins à conservação do ecossistema presente nos dois parques.

✓ **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação/Ministério do Meio Ambiente, 2006.**

Apresenta um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas com vistas a ordenar a visitação em Unidades de Conservação, desenvolvendo e adotando regras e medidas que assegurem a sustentabilidade do turismo.

QUADRO 1 - Contratos de Concessão, Termo e Acordos Legais no Parna Iguaçu.

Ato Legal	Outorgado/Parceiro	Objeto do Ajuste	Vigência/Encerramento	1º Termo Aditivo	2º Termo Aditivo	3º Termo Aditivo
001/1998 Contrato de Concessão	Cataratas do Iguaçu S/A.	Implantação, administração e operação, administração, manutenção, modernização e exploração econômica do CAV, Terminal de passageiros, transporte horizontal e estacionamentos.	15 anos a contar de 22/12/1998, encerrando-se em 22.12.2013	09/10/2000 Anuência do IBAMA para cessão de direitos de exploração econômica do Consórcio Satis para Cataratas do Iguaçu S/A.	xx/xx/2002 Altera o valor de cobrança do transporte horizontal; Altera o prazo de vigência: 15 anos a contar de 20/06/1999, encerrando-se em 20/06/2014	26/06/2009 Reequilíbrio Econômico-financeiro, Prazo de vigência estendido até 20/11/2020, Remuneração mensal de 6% sobre o faturamento total bruto; Reajuste de valor do ingresso; Previsão de investimentos a serem efetuados pela Concessionária no montante de R\$3.500.000,00; Ampliação da frota de ônibus; Auditoria bianual a cargo da Concedente
002/1998 Contrato de Concessão	Cataratas do Iguaçu S/A.	Implantação, administração e operação, administração, manutenção, modernização e exploração econômica de espaços para alimentação, comercialização e serviços, edifícios ambientais, mirantes elevados, elevador panorâmico e trilha suspensa. (Prevê a cobrança de ingressos para acesso ao Mirante, uso do elevador e acesso à trilha suspensa)	15 anos a contar de 22/12/1998, encerrando-se em 22.12.2013. Espaço Naipi e Espaço Tarobá foram concedidos em datas diferentes	09/10/2000 Anuência do IBAMA para cessão de direitos de exploração econômica do Consórcio Satis para Cataratas do Iguaçu S/A.	21/11/2005 Altera as áreas-objeto da Concessão, restringindo-as a Espaço Porto Canoas, Espaço Naipi e Espaço Tarobá; Altera o prazo de vigência do contrato: 15 anos a contar da data de assinatura do 2º TA, encerrando-se em 21/11/2020; Remuneração mensal de 3% sobre o faturamento total bruto; Auditoria bianual a cargo da Concedente; Define "Manutenção" para a Trilha das Cataratas e Passarela do Salto Floriano	16/11/2010 Captação de patrocinadores para viabilizar o projeto de construção da nova Trilha das Cataratas; 180 dias a contar da assinatura do TA para apresentação de "Plano de Negócios"; 60 dias para análise do órgão concedente.
020/2002 Contrato de Concessão	Macuco Ecoaventura Circuito M'Boi	Realização de caminhadas e passeios por meio de navegação fluvial no rio Iguaçu	Vigência de 15 anos a contar da expedição da Ordem de Serviço (26/12/2002), encerrando-se em 22/12/2017	---	---	---

001/2010 Contrato de Concessão	Macuco Ecoaventura Ilha do Sol	Operação de roteiro turístico de passeio de barco até o limite de navegabilidade das Cataratas do Iguaçu	Vigência de 10 anos a contar de 25/06/2010, encerrando-se em 25/06/2020	---	---	---
021/2002 Contrato de Concessão	Macuco Ecoaventura Linha Martins		Vigência de 15 anos a contar da expedição da Ordem de Serviço Ofício 08/2005, de 07.01.2005, autoriza início da Concessão. Contrato Válido até 07.01.2020	---	---	---
22/2015 Contrato de Concessão	Helisul Táxi Aéreo	Voos panorâmicos sobre as Cataratas do Iguaçu	Vigência de 05 anos a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.	---	---	---
(Contrato de cessão s/nº - 2006 Contrato de Arrendamen to de imóvel da União - Hotel das Cataratas	Sociedade Participações São Mateus S/A.	Arrendamento de imóvel da União, denominado "Hotel das Cataratas", localizado no Parque Nacional do Iguaçu para exploração de atividade de Hotelaria de padrão internacional, no mínimo categoria luxo e a realização de obras no imóvel e no Parque.	Vigência de 20 anos contados da data de assinatura do contrato.	---	---	---
01/2016 Termo de Reciprocida de	Ecovitalle Soluções Ambientais Ltda	Monitoramento das Estações de Tratamento de Efluentes e águas das concessionárias do Parna Iguaçu	Vigência de 02 anos, a contar da publicação do ato em Boletim de Serviço do ICMBio	---	---	---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11 516 de 28 de agosto de 2007. *Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes*

IAP- Instituto Ambiental do Paraná. *ICMS Ecológico por Biodiversidade - Planilha de Valores em Reais Repassados por Município - Exercício/2017*. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/ICMS_E/Resumo_4_Repasse_ICMSE_ABR2017_Francelo_por_Municipio.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

IBAMA. *Roteiro metodológico de planejamento parques nacionais, reserva biológica, estação ecológica*. 2002

IBAMA. Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. 2002

KROPF, Marcela S. *Percepção Ambiental De Alunos De Pedagogia Na Trilha Da Represa, Parque Nacional Do Iguaçu (PR)*. OLAM – Ciência & Tecnologia, ano XI, v. 11, n. 1, p. 29, 2011.

KROPF, Marcela S. *Ultrapassando fronteiras na gestão da biodiversidade: o caso dos parques nacionais do Iguaçu (Brasil) / Iguazú (Argentina)*. UFRRJ, 2014

KROPF, Marcela Stuker et al. *Relatório Final do Diagnóstico Ambiental e Socioeconômico do Parque Nacional do Iguaçu*. 2017. 32 p

KROPF, Marcela Stuker; BRITO, Vivian Costa. *Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) –Brasil*. 2017. 199 p.